



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Declaro aberto o 4º Seminário do Ciclo de Palestras e Debates, em cumprimento ao Requerimento nº 10, de 2011 – CRA, de nossa autoria, com o objetivo de avaliar a atuação dos frigoríficos no mercado de carne bovina e de derivados, incluindo a compra junto ao produtor rural, bem como a estratégia do Governo na aplicação dos recursos no setor.

A relação entre frigoríficos e pecuaristas é marcada por frequentes conflitos. Esse debate na Comissão de Agricultura será uma oportunidade para que essas divergências sejam discutidas por representantes dos frigoríficos, dos produtores rurais, do Governo e de agentes financeiros. Para iniciar os debates, apresento aqui algumas reclamações e o posicionamento de pecuaristas dos frigoríficos e de formadores de opinião de todo o Brasil, especialmente das Regiões Centro-Oeste e Norte do País.

Os pecuaristas reclamam, principalmente, da política de formação de preços e de comercialização do boi gordo. Já os pequenos e médios frigoríficos reclamam da falta de crédito para investimentos na indústria da carne e de um suposto tratamento privilegiado que os agentes financeiros e o Governo concedem aos grandes frigoríficos na aplicação de recursos do setor. Os consumidores de todo o Brasil reclamam do preço da carne nas prateleiras dos supermercados, que tem subido mais que o preço do boi gordo e do valor praticado pelos frigoríficos.

Outro problema enfrentado pelo setor é a ação do Ministério Público quanto à exigência de licenciamento ambiental, quando essa condição depende principalmente da aprovação do novo Código Florestal. Podemos ainda apontar a questão tributária como um dos fatores que contribuem para que essas assimetrias se perpetuem no mercado.

Um levantamento elaborado pelo Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea) mostra que o valor da arroba do boi teve uma valorização de 80% entre os anos de 2005 e de 2010. No mesmo período, o preço da carne, no atacado, teve o mesmo incremento, enquanto, no varejo, o produto teve um salto de 140% nas prateleiras do supermercado no mesmo período.

Como essas práticas de mercado não estão bem transparentes, vemos, por exemplo, a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) rebatendo acusações da Associação Brasileira dos Supermercados (Abras) de que a culpa da alta dos valores de carne bovina vendida ao consumidor é da indústria.

A Abrafrigo cita um estudo da Scot Consultoria, realizado em janeiro deste ano, no qual as margens das grandes redes de supermercados no mercado paulista eram de 123% para cortes como o lagarto; de 104% para o patinho; de 137% para o filé *mignon* e de 95% para o coxão mole. Segundo análise da Scot Consultoria, isso ocorre justamente por que o setor de



supermercado também é altamente concentrado. São quatro ou cinco grandes redes dominando o mercado, sendo responsáveis por 70% da carne vendida em todo o Brasil. O impacto disso no dia a dia do produtor e do consumidor é grande. A alta do preço da carne nos supermercados também contribuiu para o aumento dos índices gerados de inflação e acaba refletindo em toda a cadeia produtiva.

O preço da arroba para o produtor acaba caindo, sem que essa redução chegue ao consumidor final. O criador de gado é extremamente prejudicado com essa prática do mercado, pois não consegue aperfeiçoar ou ampliar seu plantel como o próprio mercado exige. Um exemplo disso, segundo a Associação de Criadores de Mato Grosso, são os frigoríficos que não pagam o chamado ágio pelo investimento do produtor que participa da seleta lista de estabelecimentos rurais aprovados no Sisbov, visando ao mercado europeu.

Mas não são apenas os pecuaristas e consumidores que estão pagando a conta por essa distorção no mercado; os pequenos e médios frigoríficos também estão em crise. Só em Rondônia, no meu Estado, mais de dez frigoríficos fecharam as portas nos últimos dois anos, aumentando a lista do desemprego e afetando substancialmente a economia de diversos municípios no interior do Estado de Rondônia. O mesmo ocorre no Mato Grosso, onde 17 frigoríficos fecharam as portas nos últimos cinco anos, o que representa 40% dos empreendimentos naquele Estado.

O setor de frigoríficos vem passando por uma severa concentração econômica. De acordo com estudos da Consultoria Legislativa do Senado, de 2009 para 2010, a participação de mercado dos três maiores frigoríficos subiu de 21% para 35% dos abates de bovinos no País.

Ainda em relação à política de incentivo aos frigoríficos, em fevereiro de 2011, a Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo) enviou carta ao BNDES, pedindo apoio, por meio de financiamentos, para os pequenos e médios frigoríficos de carne bovina, dentro da nova Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), em elaboração pelo Governo Federal.

De acordo com nota divulgada pela entidade, há um número significativo de empresas instaladas no País sob a supervisão do Serviço de Inspeção Federal (SIF) que demandam apoio para seus projetos de crescimento e desenvolvimento sustentável.

Portanto, caros amigos Senadores, caros convidados produtores rurais e população que nos assiste pela TV Senado e nos ouve pela Rádio Senado, trago esse tema importante para o debate nesta Comissão de Agricultura, com o intuito de esclarecer as dúvidas e de equilibrar as disputas existentes no mercado da carne, sem deixar de olhar para a nossa economia interna, em especial para os pequenos e médios produtores e para o consumidor final, sem prejuízo, evidentemente, das grandes empresas



nacionais, que detêm a maior fatia das exportações e que são grandes geradoras de emprego e benefícios para a nossa sociedade.

Espero que possamos ter um bom diálogo e construir, a partir desse debate, alguma solução para esses problemas, para essas questões que vamos debater, lembrando sempre que as empresas, sejam elas pequenas, médias ou grandes, são uma das riquezas do nosso País. São elas, como também os nossos produtores rurais, que geram imposto, emprego, renda. São eles que geram imposto, renda, receita, emprego e também divisas para o nosso País.

Convido a compor a Mesa a Dr^a Marcela Campos Gomes Fernandes, Coordenadora Geral de Análise de Infrações do Setor de Agricultura e Indústria, do Departamento de Proteção de Defesa Econômica, da Secretaria de Direito Econômico, do Ministério da Justiça; o Sr. Paulo Sérgio Mustefaga, Assessor Técnico da Superintendência Técnica da Coordenação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); o Dr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Gerente de Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira 1 do BNDES; o Dr. Celso de Jesus Júnior, Gerente de Departamento de Agroindústria do BNDES; o Dr. Luiz Augusto Santos Lima, Procurador da República do Ministério Público Federal; o Dr. Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos e o Dr. Fernando Sampaio, Diretor da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec).

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Quero agradecer, mais uma vez, à TV Senado e à Rádio Senado, que participam conosco desse debate, juntamente com toda a equipe das redes sociais que nos acompanham e que nos vão auxiliar nesta tarde de hoje.

Pela Internet, as pessoas que nos assistem poderão interagir conosco pelo endereço www.senado.gov.br/alosenado, pelo Twitter [alosenado](#) ou pelo telefone 0800-612211. A ligação é gratuita tanto por telefone fixo, como por celular ou por telefone público.

Agradeço, mais uma vez, a toda a equipe do Senado que nos acompanha, que coloca à disposição toda a estrutura desta Casa, para que a gente possa promover, na tarde de hoje, um debate importante para a sociedade brasileira.

Vamos iniciar nossa palestra, ouvindo o Dr. Péricles Salazar, Presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos (Abrafrigo).

O SR. PÉRICLES SALAZAR – Boa tarde a todos!

Quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz, os Senadores e as Senadoras, os membros da Mesa e todos os presentes aqui.

É uma satisfação para nós estarmos aqui hoje, a convite da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, para debater esse tema, que é muito interessante e extremamente complexo e que, sem



dúvida, vai trazer luzes, para que possamos discutir essa cadeia produtiva que tem uma repercussão econômica e social muito significativa em nosso País.

No início da reunião, o Senador Acir Gurgacz levantou vários temas que afetam a cadeia produtiva. Ele fez citações de fatos que ocorreram recentemente, e vou me deter em alguns, porque não consigo me lembrar de todos neste momento. Mas sobre alguns, em particular, vamos fazer uma consideração a respeito.

A cadeia produtiva é muito ampla, comprehende a produção primária, os produtores. Dentro da produção primária, há vários segmentos de produtores: os que criam, os que recriam, os que engordam, os que enviam os abates para os frigoríficos. Há o setor industrial, os frigoríficos. Na cadeia primária, há órgãos de entidades de classe que representam o setor. Aqui, hoje, está o Paulo Mustefaga, que é da CNA, que, no âmbito nacional, por meio da confederação e das federações estaduais, representa o produtor pecuarista. No setor industrial, há duas entidades, a Abrafrigo e a Abiec, que estão presentes nessa Mesa, e também um segmento intermediário, que são os entrepostos comerciais atacadistas, que vêm depois dos frigoríficos que fazem a comercialização da carne junto ao varejo. Por último, há o varejo brasileiro, multifacetado em pequenos açouguers, grandes supermercados, médios e pequenos supermercados, bares, restaurantes, lanchonetes. Enfim, é muito variada a gama de atividades que observamos nesse setor brasileiro.

Quanto a esse segmento da cadeia produtiva, em termos de fixação de preços – foi uma questão levantada pelo Senador –, eu diria, Senador, que, nessa cadeia produtiva, tanto na questão da produção primária, quanto no setor industrial, no setor atacadista e, acredito, até mesmo no varejo, os preços são arbitrados pela livre força do mercado, oferta e procura. Nenhum produtor considerado individualmente é capaz de manipular os preços do mercado, assim como nenhum frigorífico é capaz de manipular os preços do mercado. São setores atomizados, com um grande número de agentes, tanto do lado da oferta, quanto do lado da procura, e isso vale também para todos os segmentos industriais que vêm a jusante nos frigoríficos, na indústria de couro e de curtumes, no setor de móveis que utilizam o couro, a farinha de carne, o sabão, o sabonete. Enfim, há uma série de produtos e subprodutos que são extraídos do boi e que são utilizados nos diversos segmentos industriais. Então, eu diria que, nessa cadeia como um todo, não percebo manipulação de preços, porque isso é impossível por parte de quem quer que seja.

Mas o Senador fez uma consideração importante, fruto de uma manifestação nossa da Abrafrigo quanto a uma, eu diria, acusação. Não foi uma acusação, foi uma observação que fez, no início do ano, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras), dizendo que os vilões da inflação eram a carne – lembro-me do que foi dito na época – e o feijão. Então, eram os dois produtos vilões da inflação. Fizemos uma divulgação na imprensa de que não éramos os



vilões, até por que há uma explicação econômica para o aumento do preço do boi da forma como foi mencionada aqui pelo Senador. Dissemos também que, dentro do setor varejista, os grandes supermercados, que representam em torno de 40% da produção, Senador, o conjunto dos supermercados é que representam 70% dessa venda no varejo. Não é segredo para quem atua na cadeia produtiva da pecuária e de todas as demais proteínas animais, eu diria, e de todas as proteínas vegetais que as margens dos supermercados são extremamente elevadas, são muito altas. A gente se baseia no estudo da Scot Consultoria, que é um órgão independente, uma empresa de consultoria que está no mercado, que faz, semanalmente, estudos e que apresenta esses estudos. É perfeitamente possível verificar lá qual é a margem de lucro bruto, o chamado *mark up*, que os supermercados trabalham na carne, com falta de sintonia com o restante da cadeia.

As elevações de preços do boi que ocorreram nesses últimos anos, nós as creditamos a dois fatores significativos que ocorreram a partir de 2005. Em 2005, houve a febre aftosa no Estado do Mato Grosso do Sul, que se estendeu ao Paraná e que, consequentemente, face às normas do Ministério da Agricultura, atingiu os diversos Estados vizinhos; naquela oportunidade, as exportações brasileiras foram significativamente reduzidas. Quando se reduz a exportação e se disponibiliza uma maior quantidade de mercadoria que se redireciona para o mercado interno, a quantidade de oferta faz reduzir o preço, e a redução de preço também cai no produtor. Então, caiu, naquela oportunidade, o preço da arroba do boi para o produtor, que já se sentiu desestimulado, e, naquele primeiro momento, já houve um processo de descarte de matrizes, o produtor descartou as matrizes.

Na sequência, o setor veio se recompondo, os preços foram lentamente se recuperando, até que um segundo fator drástico para as economias brasileira e mundial aconteceu em setembro do ano de 2008, quando veio a crise financeira internacional, no momento em que a pecuária procurava se recuperar. E, novamente, as exportações praticamente se reduziram a zero, e, novamente, os preços caíram muito para o produtor. Isso significou novo descarte de matrizes, migração de multiprodutores em todas as regiões do País para a produção de etanol, de soja. Houve um descarte muito grande, e o rebanho bovino brasileiro, efetivamente, diminuiu, diminuindo a disponibilidade de oferta de bovinos vivos para abate na indústria frigorífica, que, hoje, trabalha com uma ociosidade – eu diria – significativa. Esses dois fatores contribuíram para, até hoje, não conseguirmos nos recuperar desse problema. E a gente vem convivendo com eles dessa forma.

A questão tributária, Senadores, prezados senhores, foi uma questão que já preocupou muito os frigoríficos e a cadeia produtiva, porque há três grandes tributos que envolvem a cadeia: a questão do Funrural; a questão



do ICMS, que é um imposto estadual; e a do PIS/Cofins, que é um imposto federal que incide sobre o faturamento das empresas.

Quanto ao ICMS, todos os Estados, em função da guerra fiscal que se estabeleceu entre eles, reduziram muito a carga tributária. E, hoje, eu diria que não incomoda mais o ICMS nos Estados, a não ser quando a operação é interestadual. Mas a reforma tributária que virá, tenho a impressão, vai ajustar isso, porque é importante. Mas não é tão importante quanto o foi no passado, quando a carga tributária do ICMS foi muito maior, e os Estados ajustaram-se e conseguiram reduzi-la.

Quanto ao PIS/Cofins, houve uma luta muito grande, que todos acompanharam. O Brasil acompanhou a luta que a Abrafrigo iniciou. Depois, no seu final, juntamente com a Abimaq, conseguimos, então, eliminar o PIS/Cofins, e, hoje, a carne brasileira está desonerada do PIS/Cofins.

Existe outro tributo, o Funrural, que é um tributo devido pelo produtor, sub-rogado para o frigorífico, ele que é o substituto tributário. Isso incomoda um pouco, porque ainda não há uma definição no Supremo Tribunal Federal por uma Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, que a Abrafrigo impetrou em março do ano passado, segundo o exemplo do Frigorífico Mataboi, que havia impetrado uma ação. A solução final se deu no mês passado, quando o Supremo reconheceu que todos os recursos da União estavam esgotados e deu ganho de causa ao Mataboi. Espero que essa jurisprudência seja favorável a nós e que o Supremo nos ajude nessa liminar, para evitar os inconvenientes que existem ainda no mercado em relação ao Funrural.

Com relação à questão do meio ambiente, que é um tema muito preocupante para todos nós, a Abrafrigo sempre foi, claramente, a favor da manutenção e da conservação ambiental. Sempre nós nos propugnamos a informar ao frigorífico, a fazer com que a indústria sempre procure seguir as regras, porque esse é o impedimento que temos hoje no mercado interno, e, com certeza, já há impacto nas relações internacionais, inclusive nas relações de financiamento junto ao próprio BNDES, cujos representantes compõem esta Mesa.

Chamo a atenção para o que ocorreu em passado recente e ainda ocorre. Recentemente, no Acre, aconteceu um problema com uma autuação que houve. Acredito – e a Abrafrigo acredita muito mais – que há falta de normas mais específicas por parte das autoridades ambientais, no sentido de elucidar, de dizer, de sinalizar aos frigoríficos, pelo Cadastro Ambiental, pelo Cadastro do Ibama e também, quanto ao trabalho escravo, pelo Ministério do Trabalho, sobre as propriedades que são embargadas para fins de compra, porque, muitas vezes, a indústria não sabe disso. A indústria não tem o poder de polícia para policiar o produtor rural, não tem essa condição. A indústria precisa saber, por meio de regras claras, de normas, de relações atualizadas por parte das autoridades, do Ministério do Trabalho e do Ibama, quais são as fazendas que



estão embargadas e que não podem ser vendidas. Se não é feito assim, a indústria tem muita dificuldade para ajustar esse procedimento e, algumas vezes, incorre no erro de adquirir animais de fazendas das quais não se tinha conhecimento de que foram compradas.

Então, esse é um problema ambiental que nós, da Abrafrigo e da Abiec, temos de discutir muito fortemente. Criamos dentro de nossas entidades um comitê sócio ambiental, onde estamos procurando discutir essas questões, sempre com o interesse maior da preservação ambiental, e sinalizar para a indústria frigorífica brasileira uma postura correta em relação à aquisição de animais.

Com relação à questão dos financiamentos do BNDES ao setor frigorífico, essa é uma questão delicada. Tivemos umas reuniões no BNDES, e, inclusive, o companheiro André estava presente quando nos reunimos com o Presidente Luciano Coutinho. A Abrafrigo tem reivindicado o financiamento para a aquisição de máquinas e de equipamentos, financiamentos de longo prazo para a indústria frigorífica, particularmente para os pequenos e médios frigoríficos.

A nossa posição sempre foi essa, não somos contra os financiamentos que foram concedidos para os três frigoríficos, principalmente a JBS. Nada temos contra isso; pelo contrário, sempre defendemos que o BNDES deveria alargar, estender esses financiamentos para as demais empresas que estão estabelecidas no País – são muitos os frigoríficos estabelecidos no País.

O Senador fez referência à participação das três grandes empresas em 35%. É esse o número de participação das grandes empresas no abate nacional. Portanto, 65% do abate nacional está na mão das outras pequenas e médias indústrias. Elas estão espalhadas pelos diversos rincões do País e são plantas significativas de porte bom, tanto que, quando fomos conversar com o Presidente Luciano Coutinho, este fez – não sei se o André se lembra disto – uma consideração: “Puxa vida! Eu tinha uma interpretação equivocada dos pequenos e médios frigoríficos”. Na verdade, são frigoríficos de porte razoável, exportadores, que fazem parte da Abrafrigo e também da Abiec e que demandam créditos, da mesma forma como demandam crédito para crescimento das grandes plantas brasileiras.

Então, nossa reivindicação, junto à questão do BNDES, é que o BNDES alargue esses financiamentos, porque é preciso olhar também para as outras empresas. Evidentemente, sempre defendemos que esse financiamento seja precedido de uma análise criteriosa por parte do Banco, que tem critérios próprios para isso, e que a empresa apresente garantias reais. Não estamos pedindo financiamento sem que garantias reais sejam fornecidas ao próprio Banco.

Então, o que defendemos em relação ao BNDES é uma igualdade, uma oportunidade de tratamentos, para que possamos levar a indústria



frigorífica brasileira igualmente, de certa forma, para que as empresas possam disputar no mercado o boi, a carne e o mercado internacional em condições iguais.

Essa era a posição, Senador.

Quero agradecer-lhe a oportunidade. Voltarei tão logo for convocado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Péricles! Eu lhe agradeço, mais uma vez, a sua presença aqui, para debatermos esses assuntos. Tenho a certeza de que as pessoas que nos estão assistindo também farão parte deste debate, enviando-nos suas perguntas, nesta tarde, pelo telefone 0800-612211, pela Internet, no endereço www.senado.gov.br/alosenado, ou ainda pelo Twitter @alosenado.

Passo a palavra ao Dr. Paulo Sérgio, Assessor Técnico da CNA.

O SR. PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA – Boa tarde a todos!

Em nome da CNA, em nome do Presidente do Fórum Nacional da Pecuária de Corte, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), quero agradecer ao Senador Acir Gurgacz o convite para participar deste ciclo de debates.

Na pessoa do Senador Acir, cumprimento os demais parlamentares presentes e também todos os membros da Mesa.

O objetivo desta reunião, deste ciclo de palestras, é discutir e avaliar a atuação dos frigoríficos no mercado de carne bovina e derivados, incluindo a compra junto ao produtor rural, bem como a estratégia do Governo na aplicação de recursos no setor.

Inicialmente, Senador, para que possamos ter uma ideia da dinâmica da pecuária de corte brasileira, da pecuária bovina e também dos eventos recentes que levaram, podemos dizer, a uma situação de crise no setor pecuário, de crise no setor frigorífico brasileiro, convém apresentar algumas informações, alguns dados técnicos que ilustram bem a questão.

Inicialmente, está aqui, no mapa do Brasil, a participação do rebanho bovino em cada Região: na Região Norte, 18%; na Região Nordeste, 15%; no Sudeste, 20%; no Sul, 14%; e, no Centro-Oeste, onde se concentra a maior parte do rebanho brasileiro, algo na ordem de 34%. Na Região Sul, esse percentual vem diminuindo. No Sudeste, essa participação está praticamente estável, diminuindo um pouco. A participação desse rebanho na Região Norte foi a que cresceu mais, o que podemos atribuir, principalmente, ao crescimento dos Estados de Tocantins, do Pará e de Mato Grosso. Aliás, Mato Grosso faz parte da Região Centro-Oeste, mas, de certa forma, também faz parte daquela região geoeconômica. O Centro-Oeste também é uma Região bastante dinâmica, e a participação desse rebanho ali cresceu bastante, mas cresceu menos que a da Região Norte. A Região Nordeste também vem se destacando, com o



crescimento da participação desse rebanho em função de alguns Estados, como a Bahia e o Maranhão.

Com este quadro, temos uma ideia da produção brasileira e do destino da produção brasileira de carne bovina. A produção de 2010 foi da ordem de nove milhões de toneladas, sendo que, desse montante, 82% são consumidos internamente, ou seja, o mercado interno brasileiro é o responsável pelo consumo da maior parcela da produção brasileira, e em torno de 18% são destinados para o mercado externo, principalmente na forma *in natura*, 82%, e na forma industrializada, cerca de 17%, para alguns importantes mercados, como Rússia, Irã, Egito, União Europeia, Estados Unidos, entre outros.

Para começar a falar do problema dos frigoríficos, vamos tratar do problema do pecuarista, que é quem vem sofrendo muito as consequências da recente crise que afetou muitas indústrias e deixou um passivo muito grande junto aos produtores rurais. O que aconteceu no período? Esse é um acompanhamento de custos e de preços que a CNA faz, em parceria com o Cepea, da Esalq. A linha verde representa a evolução dos custos pagos pela arroba do boi gordo para o produtor rural; a linha azul, os custos de produção, os custos da pecuária de corte.

Fazemos esse levantamento desde janeiro de 2004, e, durante um período de janeiro de 2004 a mais ou menos 2006/2007, a pecuária de corte enfrentou uma crise muito séria, porque o preço da arroba do boi caiu substancialmente, ao mesmo tempo em que houve um aumento consistente nos custos de produção. Isso é algo relevante, que teve muitas consequências a partir de 2007/2008, devido ao fato de que o pecuarista ficou descapitalizado, teve problemas sérios de caixa. Houve um desestímulo muito grande, muitos pecuaristas, realmente, saíram da atividade por que a atividade estava com as margens negativas. Os pecuaristas estavam no vermelho, tinham pouco estímulo de crédito. Embora tivessem a tecnologia disponível, os preços estavam muito baixos, e os custos, crescentes. Nenhuma atividade econômica sobrevive com prejuízo.

A consequência disso é aquilo a que estamos assistindo hoje, com a queda do rebanho bovino, com a redução de oferta de animais para abate. Como consequência dessa crise, houve, a partir de 2003/2004, um crescimento substancial no abate de fêmeas, que chegou ao pico em 2006, que foi o pico da crise da pecuária, chegou a 37%. Isso refletiu muito na oferta de animais para a engorda de bezerros a partir de 2007, de 2008. Aqui, há dados do IBGE, que mostram a evolução do rebanho bovino brasileiro, e, aqui, os números apresentam claramente a queda que houve a partir de 2005/2006 no rebanho, quando o rebanho bovino brasileiro era de 205 milhões e caiu para 199 milhões de cabeças em 2007, já como consequência da crise dos anos anteriores.

Ironicamente, no período de crise que o pecuarista vivia, com queda de preços, com aumento de custos, com descapitalização, com abate de



matrizes, com saída de produtores, muitos produtores trocaram a pecuária por outras atividades mais rentáveis, como a cana de açúcar, como a soja para exportação, etc. Ironicamente, o Brasil vivia um *boom* de exportação de carne bovina. Em 2003, o Brasil se tornou o maior exportador mundial, ultrapassando a Austrália. E, em 2004, em 2005, em 2006 e em 2007, o Brasil teve um desempenho surpreendente, tornando-se responsável por quase 30% das exportações mundiais de carne bovina. Também nesse período, apesar da crise que o pecuarista vivia, houve muitos investimentos por parte de indústrias frigoríficas, um movimento muito forte de aquisições, de fusões, com a compra de empresas tanto no Brasil como no exterior, impulsionado por uma oferta abundante de crédito na economia brasileira, de incentivos do Governo, de crédito abundante por parte do BNDES. Enfim, foi uma farra muito grande, realmente, de crédito, que não só a indústria, mas muitos setores da economia brasileira viveram. Mas se esqueceram de que, sem o pecuarista, a indústria não sobrevive.

Aqui, é mostrada a evolução das exportações em milhões de dólares. Chegamos, em 2008, a quase US\$5,5 bilhões de exportações.

Esse gráfico mostra o preço da arroba do boi gordo para o pecuarista. Então, houve o período de crise a partir de 2003/2004. Em junho de 2006, o preço foi o mais baixo nos últimos cinquenta anos da arroba do boi gordo; em termos atualizados, isso representa R\$63,00, no caso de São Paulo, que é o indicador Esalq de referência do boi gordo. A partir de 2007, segundo semestre de 2007, os preços do boi gordo esboçaram uma reação, em função da diminuição da oferta e da crise que a pecuária vivia. Ocorre que, em fevereiro de 2008, houve uma crise nas exportações para a União Europeia, e muitos frigoríficos já começaram a sentir os efeitos dessa crise. A União Europeia suspendeu as importações de carne do Brasil em função de problemas relacionados à rastreabilidade, problemas, enfim, que levaram à suspensão da pecuária. Muitos frigoríficos que dependiam dessas exportações já começaram a sentir esses efeitos.

Em setembro de 2008, quando os preços já estavam num nível alto de recuperação, houve o início da crise do *subprime* americano, com a quebra do Banco Lehman Brothers, que desencadeou todo o processo da crise financeira e econômica no mercado mundial e que pegou em cheio as indústrias brasileiras. Em fevereiro de 2008, o frigorífico Independência, que era um dos maiores do País, entrou em processo de recuperação judicial. Antes dele, muitos outros frigoríficos já tinham passado por esse mesmo problema. A partir de 2009, os preços, que vinham nesse processo de recuperação, novamente caíram em função da crise. Os preços voltam a se recuperar, em função tanto da diminuição da oferta do boi gordo, que é consequência dos anos anteriores de crise, como também em função de um esboço de reação da economia internacional.



Qual é o quadro dos frigoríficos brasileiros? Quais as conclusões que tiramos desses eventos, desse processo todo?

Ao mesmo tempo em que a pecuária vivia uma forte crise, os frigoríficos brasileiros cresciam de forma acelerada, impulsionados pelo bom momento do mercado externo, pela oferta abundante de crédito, principalmente crédito oficial do BNDES, e pelo mercado de ações. Muitos frigoríficos aproveitaram o bom momento para lançar ações em bolsa. Houve forte movimento de aquisições e incorporações de empresas estrangeiras, com grande alavancagem financeira e imobilização de capital. Com isso, as empresas foram pegas na crise em uma situação de saia curta, porque estavam todas endividadas. Os frigoríficos brasileiros adotaram estratégia de investimento baseada apenas na situação de momento. Aproveitaram-se do fato de que o preço da arroba estava baixo e cresceram sem considerar as perspectivas futuras de mercado.

A partir do segundo semestre de 2008, cinco grandes grupos frigoríficos paralisaram suas operações, deixando enorme passivo junto aos produtores rurais e comprometendo o abate de trinta mil cabeças por dia. Entre esses grandes frigoríficos que paralisaram suas atividades e deram muito prejuízo aos pecuaristas, podemos citar o Margen, o Estrela, o Quatro Marcos, o Arantes e o Independência. Mais recentemente, outros passaram por essa mesma situação.

O agravamento da crise financeira mundial e a valorização do dólar no mercado internacional no segundo semestre de 2008 levaram a uma redução da exportação de carne bovina para importantes mercados, como Rússia e Oriente Médio. Como já tinha dito aqui o Péricles, esse também foi um dos fatores que agravou a crise para as indústrias. O setor frigorífico passou a atuar com elevados índices de ociosidade. Em algumas regiões, muitas empresas estavam com menos de 50% de sua capacidade em operação. Os elevados índices de ociosidade da indústria, a forte redução na disponibilidade nos prazos de créditos para exportações, Acex, e a redução da matéria-prima, o boi gordo, inviabilizaram a operação de diversas indústrias e favoreceram ainda mais a concentração dessas empresas, o que já vinha ocorrendo em função da própria política do Governo de financiar os grandes a adquirirem empresas menores.

A crise financeira internacional, com suas consequências arrasadoras, pegou em cheio o setor despreparado para enfrentar literalmente a época das vacas magras.

Grandes investimentos do BNDES, por meio do BNDESPAR, favoreceram a concentração das indústrias. Aí, há um fato: se, por um lado, a concentração é ruim para o produtor rural, pois, sem dúvida, reduz seu poder de negociação, pior ainda é a quebra de indústria, o que deixa muitos produtores com milhões, bilhões de reais de prejuízo.



O problema é que o BNDES só investiu nos grandes frigoríficos. É preciso apoiar também as pequenas e médias empresas. Aí, faço uma observação: embora saibamos que os critérios que o BNDES adota para financiar essas empresas são critérios técnicos, do ponto de vista da política pública, essa política é muito ruim para o setor, pois favorece a concentração, e não há apoio para os pequenos e médios frigoríficos, que poderiam ajudar a dar mais equilíbrio ao mercado.

Além disso, o BNDES está financiando a compra de empresas no exterior, em detrimento de empresas domésticas. Para mim, isso representa um incentivo à geração de empregos no exterior, em detrimento dos empregos no mercado nacional.

Então, do nosso ponto de vista, é necessária a implementação de políticas públicas que melhorem a saúde financeira, que proporcionem oportunidade de crescimento também para pequenas e médias empresas, de forma a haver maior concorrência no mercado, a haver mais equilíbrio no mercado regional.

Faço uma observação muito importante também: a questão da concentração deve ser avaliada do ponto de vista estadual e regional, uma vez que é inviável a comercialização de animais para abate a longa distância.

Como bem escreveram os relatores do processo administrativo do Cade, em 2005, diferentemente do que tentam fazer crer as representadas em suas defesas, o mercado brasileiro de compra de gado bovino em sua dimensão geográfica não é nacional, mas, sim, estadual. Cada Estado brasileiro tem sua dinâmica própria para compra e venda de gado bovino, sendo certo, inclusive, que tal fenômeno já foi objeto de estudo pelo Cepea, por meio, entre outros métodos, de pesquisa de campo. Considera-se, portanto, que o mercado relevante em sua dimensão produto deve ser considerado, pelo lado da oferta, como gado bovino para abate e, pelo lado da demanda, como frigoríficos inspecionados pelo SIF; no tocante à dimensão geográfica de mercado de compra de gado bovino para abate, deve ser considerado como as principais praças brasileiras, conforme definido pelo Cepea.

O que ocorre – e aí eu me permito discordar da análise do Dr. Péricles, Presidente da Abrafrigo – é que, embora de fato a concentração em nível nacional ainda não seja uma concentração do mesmo nível de alguns países, do ponto de vista regional ela é muito importante. E essa é a que interessa para o produtor rural, porque, em muitas praças, o produtor rural não tem opção de venda senão a uma empresa e, muitas vezes, em um Estado, ele tem opção de venda para poucas empresas. Então, se, do ponto de vista nacional, essa concentração ainda não atingiu níveis considerados altos, alarmantes, em alguns mercados regionais essa concentração já atinge níveis muito altos, que, sem dúvida, prejudicam a concorrência e tornam a relação



comercial muito frágil para o lado do produtor rural. Isso é um levantamento do Cepea, com base nas informações do SIF.

Aqui, mostra-se o nível de concentração em alguns Estados. Vemos aqui as seis principais empresas em alguns Estados: no caso de São Paulo, representa 42%; no de Mato Grosso do Sul, 50%; no de Goiás, 60% – no caso de Goiás, vemos que três empresas representam mais de 40%, em torno de 40% –; e, no de Mato Grosso, duas empresas representam também mais de 40%.

Pode passar para o outro *slide*, por favor.

Esse é um estudo da Scot Consultoria, feito há uns anos, que mostrou a concentração em nível nacional. Então, estão aí Bertin, Friboi, Mafrig, Independência, algumas empresas. Hoje, a realidade já é outra, porque, de lá para cá, houve um movimento forte de aquisições.

Nesse mesmo estudo da Scot, mostra-se que, somadas as duas maiores empresas, que concentram aproximadamente 30% da capacidade de abate nacional, essa concentração, em alguns Estados, chega a algo em torno de 50% ou 70%.

Esse foi um levantamento feito junto ao Sindifrido de Mato Grosso em 2009, mais ou menos na época em que o Independência entrou em recuperação judicial. Então, foi feito um levantamento lá. Eles estimaram que sete empresas que já tinham fechado as portas tinham deixado de abater 3,6 mil cabeças-dia e 90 mil cabeças-mês, tinham comprometido o emprego de cerca de 2,8 mil trabalhadores e cerca de 8,4 mil empregos indiretos e tinham deixado de faturar R\$65 milhões.

Esses são os impactos da situação de mercado para o consumidor. Podemos fazer uma avaliação. O que acontece é que muito se tem falado na mídia a respeito de aumento de preço de carne bovina. Houve uma época também em que os preços estavam muito baixos para os consumidores, e o preço da carne para o consumidor, de certa forma, reflete também aquela situação que a pecuária viveu, ou seja, houve um período de crise, em que havia uma oferta muito grande no mercado. Hoje, estamos vivendo um momento oposto, com a oferta menor, e aí o consumidor paga mais caro pela carne.

Mas, na verdade, essas avaliações, em termos de quem está subindo mais, se é varejo, se é indústria ou se é produtor, dependem muito do período analisado. Fiz uma análise, considerando três períodos recentes, para ver, realmente, os pontos de vista do varejo, do atacado e do produtor rural. Se pegarmos o ano de 2010 como base de análise, o que é que verificaremos? O IPCA, índice oficial de inflação utilizado pelo Governo nas suas metas de inflação, subiu 6% em 2010. Os cortes de carne bovina no varejo – esses são dados do IBGE, levantados pelo IPCA, nas onze principais regiões metropolitanas brasileiras –, em média, subiram na ordem de 30%. Alguns cortes subiram mais, outros subiram menos, mas esse percentual ficou em torno



de 30%. No atacado – esse é o atacado da grande São Paulo –, houve uma alta também, se se considerar uma média de 30% também, e o preço do boi para o produtor rural subiu um pouco mais, 42%. Ocorre que essa alta do preço do boi decorre daquela crise e que, hoje, há uma oferta menor de gado. Isso explica essa alta do preço do boi um pouco maior do que a alta do varejo e a alta do atacado. Porém, se analisarmos o ano anterior, 2009, a situação é diferente. Nesse ano, o consumidor pagou menos. Houve queda nos preços da carne bovina. A inflação subiu 4%, os preços das carnes caíram cerca de 5% para o consumidor e, para o atacado, em torno de 7%, e o preço para o produtor rural caiu mais, 9%. Ou seja, em 2009, houve o contrário: o preço caiu menos para o consumidor e caiu mais para o produtor rural. Então, dependendo do ano, num setor ou outro, subiu mais o preço.

Para a gente eliminar essas distorções, fiz uma análise de 2004 a 2010, que é o período em que a gente faz o acompanhamento de custo junto com o Cepea. Se analisarmos isso num prazo mais longo, o que aconteceu? A inflação brasileira medida pelo IPCA ficou em 43%; os cortes de carne no varejo subiram, em média, 98%, sendo que muitos cortes subiram muito mais de 100%; no atacado, subiram em torno de 78%, na média; o boi gordo subiu 76%. Ou seja, o boi gordo e o atacado subiram praticamente de forma igual.

Constatamos que, ao contrário do que a Associação dos Supermercados e os supermercados vêm alegando, na verdade, os supermercados subiram muito mais o preço para o consumidor do que a alta que houve para o produtor rural e para a indústria frigorífica, nesse período, se considerarmos um período mais longo, os últimos seis anos. Ou seja, quem sobe o preço mais para o consumidor, ao contrário do que a Abras afirma, são os próprios supermercados, que subiram os preços muito mais do que aquilo que foi aumentado para o varejo e para o produtor rural.

Fazemos uma comparação com outros indicadores: o IGP-DI subiu 52%, e o custo operacional total, que é o custo do produtor rural, subiu 100%. Concluindo, estamos em uma situação em que o boi subiu 76%, mas o custo dele subiu muito mais: 100%. Enquanto isso, o varejo subiu muito mais que todo o resto, subiu de 100% a 120% os preços dos cortes de carne para o consumidor brasileiro.

Só para finalizar, para a gente ter uma ideia do destino das exportações brasileiras nos principais mercados em 2010, apresento estes dados: está aí a Rússia, com 26%; o Irã; o Egito e a União Europeia. No caso de carne industrializada, estão aí a União Europeia, os Estados Unidos, o Egito e outros.

Era isso que a gente tinha a apresentar.
Muito obrigado pela atenção.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz.Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos ao Paulo Sérgio Mustefaga, que fez um balanço da produção brasileira nos últimos anos.

Agora, passamos a palavra ao Dr. Fernando Sampaio, Diretor da Associação das Indústrias Exportadoras de Carne, Abiec.

O SR. FERNANDO SAMPAIO – A Abiec agradece também o convite para participar hoje da Comissão.

Vou fazer uma apresentação que também pode ajudar a ilustrar algumas coisas em relação à atuação da indústria da carne e em relação à questão ambiental.

Vou passar pelos *slides* rapidamente. Peço desculpas, porque alguns *slides* estão em inglês. Essa é uma apresentação que tenho usado em alguns fóruns internacionais de que a Abiec tem participado, mas que é bastante ilustrativa da cadeia da carne de hoje e de como a gente chegou até aqui.

Isso serve para introduzir um pouco a história da pecuária no Brasil, que começa na Região Nordeste. O gado é introduzido pelos portugueses. Muitas das grandes cidades do Nordeste foram currais de pecuária que se transformaram em vilas e, depois, em cidades. No séc. XIX, a pecuária migra para o Sul, onde as raças europeias e os campos naturais são ambientes propícios para essa atividade. Com a introdução do zebu é que, verdadeiramente, a pecuária começa a ocupar a região central do Brasil, uma região de clima tropical. Aí está uma foto dos pioneiros do zebu de Minas Gerais.

No começo do séc. XX, surgem as primeiras indústrias frigoríficas no Brasil. E, a partir dos anos 60, começa esse processo, a partir da construção de Brasília, da interiorização da população brasileira e também da pecuária como atividade econômica. A pecuária sempre foi uma atividade de fronteira. E, também nessa época, começam as pesquisas com a introdução de braquiárias, de gramíneas tropicais no Brasil. Nos anos 70, essa interiorização avança para o norte do País, amparada numa política nacional de grandes obras de infraestrutura e de promoção da colonização do território norte.

Esse é um gráfico do último censo populacional. Ainda hoje, a população brasileira está concentrada, em grande parte, no litoral, mas o crescimento dessa população está se dando mais nas Regiões Centro-Oeste e Norte do País, como efeito daquela política toda.

Aqui, a gente vê uma evolução do rebanho brasileiro e também da presença das indústrias no território, como isso avançou ao longo do tempo e essa migração para o oeste e para o norte do País. Hoje, a gente vê que as indústrias estão localizadas justamente nos eixos daquelas grandes obras de infraestrutura que foram feitas por sucessivos governos, como a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém, a Cuiabá-Porto Velho. Foram décadas de uma política nacional de estímulo à ocupação do território, de estímulo ao desenvolvimento.



E a pecuária acompanhou esse movimento. O rebanho pecuário cresceu, principalmente, nas Regiões Centro-Oeste e Norte do País. De 1970 para cá, o rebanho brasileiro aumentou mais do que duas vezes e meia. O zebu e a braquiária deram a vantagem competitiva, para o Brasil se tornar um grande produtor de carne. O Brasil sempre teve espaço, sol, água, sempre teve as condições para se tornar um grande produtor.

Então, a gente vai ver a evolução da produção. O Paulo já passou alguns desses números aqui. Essa é aquela figura que o Paulo passou. É interessante notar que 80% da produção brasileira ficam no Brasil. Quer dizer, o consumo no Brasil tem aumentado significativamente. O brasileiro teve um aumento de renda muito grande nos últimos anos e está comendo mais carne por causa disso. A questão do preço da carne é uma questão de mercado, de oferta e demanda. Houve problemas com o abate de fêmeas, houve problemas com a seca também, mas o principal motivo é que o brasileiro está comendo mais carne. A Argentina, por exemplo, tentou controlar isso, restringindo as exportações da forma mais populista possível. O que eles fizeram, na verdade, foi forçar a indústria a pressionar os preços ao produtor para baixo, e vários produtores abandonaram a atividade. Em quatro anos, a Argentina liquidou seis milhões de cabeças do rebanho. Então, é um tiro que saiu pela culatra.

Esse é um dado importante. A gente vê que, do abate total brasileiro, estimado em 46 milhões de cabeças, os abates com SIF, Serviço de Inspeção Federal, correspondem a menos da metade disso. Aqui, estão os abates em frigoríficos municipais e estaduais: 53%. Os frigoríficos que são associados da Abiec representam 58% dos abates com SIF. E, aqui, estão os maiores: JBS, Marfrig, Minerva e outros frigoríficos da Abiec. E 48% são abatidos em frigoríficos com SIF, mas não são associados nossos.

Esse é o mesmo gráfico, mas dentro da Amazônia Legal. Aqui, a gente vê também que não há uma estimativa dos abates que não são feitos em SIF. Aqui, há um vácuo estatístico na informação. Mas, nos abates com SIF, a Abiec é responsável por 58% dentro da Amazônia Legal – aqui, está escrito “bioma”, mas não o é; é Amazônia Legal. A BR Foods, por exemplo, tem frigoríficos em Mirassol d’Oeste e em Várzea Grande, no Mato Grosso, que estão em Mato Grosso, mas não estão no bioma.

Aqui, há uma evolução das exportações brasileiras, comparadas com as de outros países. A partir da crise da vaca louca na Europa, o Brasil começou a tomar o mercado europeu na Rússia, principalmente, e no Oriente Médio, ultrapassando os outros países. E há o efeito também da diminuição das exportações por conta das restrições europeias e por conta da crise econômica em 2008 e em 2009.

Mostra-se o impacto da crise, entre agosto de 2008 e agosto de 2009, nos principais mercados brasileiros. Então, a gente vê um impacto muito grande no valor das exportações para a Rússia, principalmente, o grande



destino das exportações brasileiras. E algumas tendências surgiram por causa da crise. Então, houve essas fusões, aquisições, alguns arrendamentos de frigoríficos.

Outra tendência é a internacionalização das empresas. Hoje, o Marfrig, por exemplo, exporta matéria-prima para as próprias indústrias dele fora do Brasil. Então, ele ganha valor nessa cadeia de produção.

E há outra tendência: as empresas estão se tornando também fornecedoras de multiproteínas, estão produzindo não só carne bovina. Elas estão diversificando o tipo de proteína que elas oferecem no mercado.

Então, essa concentração aconteceu, no Brasil, no setor bancário, no setor farmacêutico, no varejo e em vários setores da economia. E aconteceu no setor de frigoríficos também, mas ela ainda é bastante tímida.

Esse é um *slide* do Rabobank, comparando a concentração no Brasil. As três maiores têm 35% do mercado; nos Estados Unidos, elas têm 68% do mercado. Então, essa é uma concentração bastante tímida ainda, e, de forma alguma, é possível dizer que essas três empresas podem, de alguma forma, controlar o preço tanto para o produtor como para a venda.

Quanto às exportações, mostra-se o que o Brasil tinha em 2002, como *market share* no mercado internacional, e em 2010. Então, a gente vê também uma recuperação depois da crise.

O Paulo já passou alguma coisa sobre o destino das exportações. Aqui, fala-se da carne *in natura*. O próximo é de carne industrializada, com a qual atingimos alguns mercados que não atingimos com a carne *in natura*. Mas, neste ano, a gente – o Brasil – espera exportar em torno de US\$5 bilhões com carne bovina.

Fazendo uma previsão de futuro, quero dizer que sabemos que o mundo está em crescimento populacional e em crescimento econômico também, que há um bilhão de pessoas em algum estado de subnutrição, segundo a FAO, e que precisamos de alimentos. E o Brasil vai ser o grande fornecedor de proteína para o mundo.

Há a estimativa de uma consultoria internacional de que, nos próximos anos, até 2020, o mundo vai precisar de 3,6 milhões de toneladas de carne a mais. Então, só de carne bovina, o mundo vai precisar de mais 3,6 milhões de toneladas, até 2020. E os grandes beneficiados com isso serão, principalmente, o Brasil e os Estados Unidos. Essa é uma projeção baseada na capacidade de produção dos países, na escala de produção. Então, essa é uma promessa de riqueza futura muito grande para o Brasil, para os produtores brasileiros, para as indústrias brasileiras, que a gente não pode desperdiçar. E a grande pergunta hoje é: como equilibrar esse mercado, esse potencial de riqueza, com o equilíbrio ambiental, com práticas adequadas na produção e na indústria? Então, esse é o grande desafio da indústria hoje.



Eu ia passar alguns dados sobre a questão ambiental. A gente vê, em vermelho – esse é o mapa da Embrapa –, a área de ocupação antrópica, que foi transformada pela mão do homem no Brasil hoje.

Esses são os biomas remanescente no Brasil. Nenhum outro país conseguiu conservar tanto quanto o Brasil conservou.

O que é mostrado aqui está baseado no Censo Agropecuário. A área usada para a produção rural no Brasil corresponde a 38% do nosso território; terras indígenas, 14%, ou seja, um território maior do que a França e a Espanha juntas para uma população de 500 mil a 600 mil pessoas; unidades de conservação, 8,5%; e “outros”, na maioria, são terras da União na Amazônia.

Dessa parte da produção, as pastagens representam 18%.

Esses são dados do Ministério do Meio Ambiente, mostrando áreas prioritárias para a demarcação de unidades de conservação. A gente vê que existe essa tentativa de montar uma barreira aqui para segurar aquele movimento para o norte e para o oeste do Brasil. Essa é uma estratégia do Governo para frear essa ocupação, mas toda essa fúria demarcatória está sendo feita em cima de terras que já estavam sendo ocupadas, que já estavam produzindo. Então, existe uma confusão fundiária muito grande.

No Pará, por exemplo, existe uma reserva que foi demarcada e que tem 400 mil hectares. Ela foi demarcada, mesmo que pessoas estivessem lá produzindo há bastante tempo. Então, é urgente que essa questão fundiária seja resolvida.

Como eu disse, dos 38% que são usados para a produção, que são propriedades rurais, 18% são pastos. Essa área vem diminuindo; os pastos estão cedendo, estão dando área para a agricultura. A agricultura, hoje, ocupa 7%.

Essas são florestas naturais dentro de propriedades rurais, por causa da legislação ambiental. Então, a reserva legal e APP os produtores são obrigados a conservar. A gente vê o desmatamento caindo ano a ano na Amazônia, atingindo um recorde de baixa em 2010.

Esse é um gráfico muito importante para a gente. De 1996 a 2006, a produtividade brasileira deu um salto de 25%. Então, hoje, a pecuária está longe de ser um vetor de desmatamento. Na verdade, a pecuária, hoje, é a grande chave para o futuro da agricultura do Brasil, porque a gente está cedendo áreas para a agricultura. Nos últimos dez anos, milhões de hectares passaram a ser usados para a produção de eucalipto, de soja e de cana-de-açúcar. Para os próximos anos, existe uma estimativa... Aqui, a gente vê o salto de produtividade do Brasil comparado ao resto do mundo. O Brasil aumentou a produção de carne em 227%, com um aumento de área de apenas 4%, de 1975 para cá. No resto do mundo, esse aumento da produção de carne foi de 37%, com um aumento de área de 6%.



O Brasil tem todas as condições de melhorar ainda mais essa produtividade, e a chave para isso está em tecnologia, está na aplicação de ciência e tecnologia no campo. Essa é uma ciência que a gente domina. O Brasil tem, hoje, a melhor tecnologia agropecuária do mundo. A ciência rural no Brasil é de excelência. O Brasil desenvolveu uma tecnologia de agricultura e pecuária tropical que é única no mundo. Se compararmos, por exemplo, o Brasil com os Estados Unidos, veremos que os americanos têm um rebanho que corresponde à metade do nosso e que eles produzem mais carne que a gente. Quer dizer, a gente tem um potencial para fazer crescer ainda mais a produção de carne, para atender o mercado interno e também o mercado externo, sem prejuízo ao nosso meio ambiente.

Nos próximos trinta anos, o Brasil vai precisar de quinze milhões de hectares para expandir a agricultura, principalmente a soja, o eucalipto e a cana-de-açúcar. Desses quinze milhões de hectares, dez milhões de hectares virão das áreas de pastagens, e cinco milhões, de regiões do cerrado, nessa fronteira do sul do Piauí, Maranhão e Bahia.

Quero falar um pouco da questão de emissões da pecuária, já que essa é uma preocupação também. A pecuária, hoje, representa 11% das emissões brasileiras, segundo as contas do Ministério de Ciência e Tecnologia, mas existe uma incerteza científica muito grande quanto aos dados desses cálculos científicos para calcular emissões do setor. E o Brasil, devido a essa maior eficiência da pecuária, também foi o País que mais reduziu as emissões por quilo de carne produzida, comparado com todos os outros, porque a gente está abatendo animais que são mais jovens; portanto, há uma emissão menor na produção de carne. À medida que a gente fica mais eficiente na produção, as emissões também diminuem proporcionalmente; o solo se transforma em estoque de carbono.

Hoje, 17% do biodiesel são feitos com sebo de boi. Então, é o biocombustível que está sendo gerado pela indústria da carne.

Com relação à questão da água, este número está divulgado: quinze mil litros por quilo de carne. Mas isso também é calculado com base em dados que são completamente falsos, porque é como se o animal tivesse destruído essa água, quando, na verdade, ela é reciclada no meio ambiente. O Brasil tem a maior disponibilidade de água por habitante, comparado com outros lugares que produzem gado também.

O que a indústria tem feito em relação a isso? A gente tem adotado critérios na aquisição de matérias-primas de produtores. Algumas indústrias assinaram Termo de Ajuste de Conduta com o Ministério Público no Pará, no Mato Grosso e, recentemente, no Acre. Com relação à questão de estabelecer critérios na compra, a gente pode trabalhar com responsabilidade, mas, como o Péricles já falou também aqui, a gente não quer ter esse papel de ser polícia de produtor. Não tenho como fazer isso. Mas, hoje, existe uma tentação muito



grande, tanto de supermercado como de clientes nossos e do próprio Ministério Público, de querer usar a indústria para forçar uma regularização em cima do campo, porque é muito mais fácil a gente pegar um punhado de frigoríficos do que pegar três milhões de pecuaristas. Isso não pode ser feito se não houver uma segurança jurídica para o produtor rural e uma segurança fundiária, uma segurança ambiental e trabalhista também.

Então, definir isso deveria ser prioridade do setor público. É preciso definir o Código Floresta. Há uma lei que diz que, até novembro, as propriedades rurais com até 500 hectares deverão ter já o referenciamento. A gente sabe que o Incra não tem capacidade para fazer isso nos Estados onde ele trabalha melhor, São Paulo e Paraná. Já o referenciamento demora vinte meses em média para sair. São coisas que a indústria não pode exigir do produtor rural. Isso foi feito no Pará. A gente está exigindo o cadastro ambiental por conta do Termo de Ajuste de Conduta. A Sema não tinha capacidade para processar tantos cadastros. Então, hoje, isso está sendo passado para os Municípios.

Hoje, a gente trabalha com critérios. Todos os frigoríficos olham a lista do Ibama, olham a lista do Ministério do Trabalho. Alguns frigoríficos estão fazendo já o referenciamento de propriedade e o monitoramento em desmatamento, mas não é isso que vai resolver o problema. Principalmente os grandes frigoríficos estão sendo muito cobrados por isso, mas só eles é que estão fazendo isso também. No Mato Grosso, só o Marfrig e o JBS assinaram o Ajuste de Conduta; no Acre, só o JBS o fez. E a gente viu que metade dos abastes no País é feita por frigoríficos que não têm sequer inspeção federal. Esses grandes frigoríficos têm contas a prestar aos seus acionistas e aos clientes e, na verdade, são os que estão mais preocupados com o assunto e são também os que apanham mais tanto da mídia como de organizações não governamentais. O JBS faz um trabalho fantástico, com uma equipe para treinar produtores em boas práticas, indo ao campo; o Marfrig também tem programas de qualidade.

No nosso ponto de vista, o que vai resolver mesmo essa questão, primeiro, é que o Poder Público garanta essa segurança jurídica aos produtores rurais e, segundo, que ele facilite o acesso ao crédito, para que o produtor possa usar esse crédito na aplicação de tecnologia. O Ministério da Agricultura tem um programa de R\$2 bilhões, o programa Agricultura de Baixo Carbono, mas, desse dinheiro, nada foi usado, porque o produtor não consegue a ele ter acesso. O Banco da Amazônia também tem dinheiro parado, ao qual o produtor não consegue ter acesso. Então, como é que ele pode usar tecnologia para melhorar se ele não consegue ter acesso ao crédito?

No nosso ponto de vista, é isso que vai trazer sustentabilidade à produção, não a aplicação desses critérios por um punhado de indústrias que não representam a totalidade do abate no Brasil.



Era isso que eu queria passar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Ouvimos, então, o Dr. Fernando Sampaio, com sua explanação. Apresentaremos outras questões, depois que concluirmos esta rodada de debates.

Passamos a palavra, agora, ao Dr. Luiz Augusto Santos Lima, Procurador da República do Ministério Público Federal.

O SR. LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA – Sr. Senador, senhores componentes da Mesa, senhores ouvintes, quero agradecer o convite para aqui estar e externar minha surpresa com o convite, pois, normalmente, nós, do Ministério Público, não somos convidados para esse tipo de debate. Eu diria até que meu lugar não é aqui, mas do lado de lá, para aprender. Aprendo não só com o que ouvi aqui, mas também com o que ouvi e ouço diariamente por parte dos amigos que são pecuaristas.

Já há alguns anos, acompanhei algumas CPIs da Dívida Agrícola e algumas reclamações eram as mesmas. Parece que não evoluíram no tempo: ausência do Estado, falta de transparência, atomização dos grupos. E, agora, o que existe de interessante é essa concentração de grandes *players*, talvez em função da política, que não sei se é real ou imaginária, das empresas campeãs.

Da minha parte, como membro do Ministério Público, hoje, tenho a função de representar o Ministério Público Federal no Cade, que tem como atividade precípua a defesa da concorrência. Minha assunção a essa função é recente, mas já protestei. Solicitei uma audiência à direção da CNA para buscar informações técnicas. Veja: sou representante do Ministério Público Federal no Cade e tenho a função de defender – e é este o discurso que estou fazendo lá –, os interesses difusos. Minha principal intenção, hoje, é a de levar ao Sistema da Defesa da Concorrência as demandas de uma coletividade que não é ouvida.

Permitam-me falar de casos que tive a oportunidade de apreciar lá. Primeiro, houve um caso que envolvia concentração na área de fertilizantes. Eu quis aprender e entender isso. Sou advogado, sou Procurador da República há dezenove anos e nada sei de economia. O que sei de economia é o que leio no jornal. Deveria haver alguém do setor para falar como terceiro interessado, para dizer se essa concentração o prejudicaria ou não. Por que digo isso? Ouço familiares, que são do agronegócio, falarem que é um absurdo, que o fertilizante dobrou ou triplicou de preço. Então, os interessados são os produtores que não aparecem.

Numa outra seção, veio o caso de uma concentração na área da indústria do leite. Preciso de dados, quero defender o tirador de leite. Em Unaí, há uma cooperativa. Vou muito a Unaí, porque minha esposa é de lá, e vejo a angústia dos tiradores de leite, que, quando chega o dia 15, estão sempre devendo. Permita-me falar nessa linguagem mais popular. Eles estão sempre



devendo e estão produzindo. Digo: por que isso acontece? O que é que acontece nesse sistema de cooperativa? A cooperativa de lá é a terceira maior compradora de leite. Mas não há uma resposta.

Permitam-me falar assim. A cooperativa serve o produtor, ou é o produtor que serve a cooperativa? Não sei dizer isso. Estou trazendo questionamentos, até para haver razão de eu estar aqui.

Hoje, há um caso que, mais cedo ou mais tarde, terá de passar pelo Ministério Público, que é a fusão na área de frigorífico. E aí, mais uma vez, curioso que sou, perguntei: essa concentração vai aumentar a capacidade de confinamento desse grupo? Essa capacidade de confinamento tem ou não tem poder de espremer os preços ao produtor, ao pecuarista? Aí o Dr. Péricles disse o seguinte: "Quem bota preço é o supermercado; lá é que se ganha bem". Então, ocorreu-me: "Espera aí! Se o frigorífico não consegue colocar um preço maior ao supermercado, que está com uma margem grande, ele coloca isso para baixo".

Vou provocar o debate. Não é meu papel aqui dar solução.

Mas coloco esse sistema, para dizer o seguinte: no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, senti a ausência dos *players*, que são os principais interessados. Que eles venham dizer e nos informar, para que possamos defendê-los no âmbito do interesse difuso!

O Ministério Público não tem, na sua inteireza, a intenção só de atuar no âmbito do meio ambiente, com as ações no Acre, no Norte. O papel do Ministério Público é aquele, mas também temos outros papéis, como o, por exemplo, de atuar no âmbito do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Aqui, foi citado, *en passant*, se entendi, o caso do cartel que fora denunciado em 2004 em que houve investigação. Não me consta que tenha ocorrido julgamento, mas, sim, houve acordos por juízo de conveniência do Cade. Lendo esse acordo – que me perdoem os signatários, muito bem articulados; o acordo foi muito bem feito! –, digo que aquele acordo é um acordo, e, em acordo, podemos negociar e colocar cláusulas. Por que não apareceram cláusulas compensatórias aos prejudicados diretos?

É um acordo bonito, interessante. A empresa assume a obrigação de fazer um programa de *compliance* – até achei bonito o termo "*compliance*". Mas acho que esse não é o tema adequado para um contrato feito com o serviço público. No dicionário, isso quer dizer "administrar de acordo com as regras". Isso é o óbvio. É mais ou menos como dizer que não vou mentir, que não vou colocar o dedo no olho do coleguinha. Num acordo desses, acho – e este é o meu papel, que quero mostrar – que temos de trazer os principais prejudicados. Digam-nos o que querem e no que poderemos auxiliar! E aí, nesse acordo, poderemos exigir cláusulas compensatórias diretas. Alguém já disse: "Não, não pode!". Mas falei que, na mesa de negociação, tudo pode; depois, discutimos os detalhes.



Esta é a mensagem, Senador, que eu gostaria de trazer neste momento aqui: a necessidade que temos de ser informados tecnicamente. Nossos órgãos internos do Ministério Público farão essa triagem e nos auxiliarão, mas precisamos, sim, que os outros *players* participem e digam exatamente quais são as injunções, quais são as demandas e, principalmente, quais são as soluções. Num contrato desses, feito com uma grande empresa e o órgão de controle da concorrência, pode-se dizer assim: "Olha, você vai dizer para o seu pessoal gerir de acordo com as regras". Mas isso vai mudar condutas já perenes, já consagradas, que foram, no meu entender, oriundas de uma ação de força do grupo lá atrás?

Ouço um pecuarista dizer o seguinte: "Levo meu boi para o frigorífico e fico revoltado, porque vejo a faquinha cortando, tirando tudo, e aquilo tudo sai de graça". Eu falo: "Esses são os usos e costumes". Como é que você pode modificar isso? Num contrato? Talvez na relação de força do pecuarista com a indústria. Deverá haver um fórum onde se possa debater em igualdade de armas.

É evidente que observamos que têm, sim, poder de compra os grandes grupos. Eles têm o poder de colocar preço, parece-me. Não sou técnico, mas vou dizer que sinto isso. A gente percebe isso. Talvez, eu coloque esta dúvida: numa fusão como essa que vai acontecer, o poder de confinamento influí ou não influí? Os senhores é que têm de dizer isso. E, lá, vamos defendê-los, e até há oportunidade para isso.

Não sei se me fiz claro. Peço desculpas por não ser, absolutamente, versado no tema da pecuária, mas sou, realmente, um ouvinte bastante interessado e, mais ainda, quero ter uma eficácia para cooperar com os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr. Luiz Augusto! O senhor foi muito bem claro e objetivo. Para nós, sua presença aqui é muito importante.

Aqui, estamos debatendo o preço da carne para o produtor rural, o preço da carne para o consumidor. Temos de ter preocupação com nossas empresas no mercado internacional e também com as empresas no mercado interno brasileiro, ou seja, temos de tentar – e esta é a função do Governo – cuidar de todos os segmentos: do pequeno produtor, do grande produtor, do médio produtor, do pequeno abatedor oficial até o maior frigorífico. Todos eles são muito importantes para a economia brasileira, e entendemos que é indispensável sempre, nestes debates, a participação do Ministério Público.

Quero lembrar àquelas pessoas que nos assistem pela TV Senado e às que nos ouvem pela Rádio Senado que, se desejarem participar do nosso debate, façam-no pelo site www.senado.gov.br/alozenado, pelo Twitter



@alosenado ou pelo telefone 0800-612211. A ligação é gratuita tanto de telefone fixo, do celular ou do telefone público.

Agora, dando sequência aos nossos trabalhos, passamos a palavra à Drª Marcela Campos Gomes Fernandes, Coordenadora Geral de Análises de Infrações no Setor de Agroindústrias do Departamento de Proteção e Defesa Econômica, da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça.

A SRª MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – Obrigada.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar os parlamentares presentes, os integrantes da Mesa, as demais pessoas que nos acompanham, na pessoa do Senador Acir Gurgacz.

Gostaria de agradecer também o convite feito à SDE, para participar deste debate importante. A SDE considera o setor de alimentos, como um todo, um setor prioritário na sua atuação. Acho que este é um momento de troca de experiências.

Assim como o Dr. Luiz Augusto, estou aqui para ouvir e aprender bastante. E eu queria aproveitar o momento para compartilhar a experiência da SDE no setor de frigoríficos.

Antes de falar da experiência propriamente dita da SDE no setor de frigoríficos, eu queria explicar um pouquinho qual o papel da SDE, o que nós fazemos, quais são as nossas atividades. Não sei se todo mundo aqui conhece, mas a SDE é a estrutura do Ministério da Justiça responsável pela implementação da Política de Defesa da Concorrência. Essa Política tem como objetivo assegurar a existência de um mercado livre, competitivo, capaz de gerar eficiência e bem-estar para os consumidores. E o resultado disso é que mais consumidores terão acesso a produtos melhores, mais baratos, com uma maior variedade. Então, a Política visa ao preço, à qualidade e à inovação. Esse é o nosso trabalho.

O marco legal da nossa Política de Defesa da Concorrência é o art. 170 da Constituição, que estabelece a livre concorrência como um dos valores fundamentais da ordem econômica; o art. 173, que determina que o Estado deve reprimir o abuso do poder econômico; e a nossa Lei de Defesa da Concorrência, que é a Lei nº 884, de 1994. Acho importante ler, pelo menos, o seu art. 1º. Essa Lei dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, de livre concorrência, de função social da propriedade, de defesa dos consumidores e de repressão ao abuso do poder econômico.

A SDE, juntamente com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SAE) do Ministério da Fazenda e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica, o Cade, compõe o que se convencionou chamar de Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência. Os três órgãos atuam em conjunto: a SDE e a SAE instruem os processos, para, depois, o Cade julgá-los.



Os órgãos atuam basicamente por meio de três frentes. A primeira delas é a frente preventiva, de controle de estrutura de mercado, por meio da instrução e julgamento de atos de concentração econômica, como fusões, aquisições, *joint ventures*, com base no art. 54 da Lei. A outra frente é a frente repressiva, de controle de condutas anticompetitivas por meio da investigação e do julgamento de práticas comerciais lesivas à concorrência, o que está discriminado no art. 20 e 21 da Lei. Por fim, há a frente educativa, que é a advocacia da concorrência, na promoção do valor da concorrência junto a órgãos públicos e à sociedade em geral, por meio da disseminação da cultura da concorrência em grupos interministeriais, palestras, cursos, convênios, publicações etc. Creio que seja isso que estamos fazendo aqui, neste momento.

Então, como já mencionei antes, voltando um pouquinho, tanto a SDE quanto a SAE, do Ministério da Fazenda, são responsáveis pela instrução dos atos de concentração econômica e dos processos de investigação de condutas anticompetitivas que serão julgados posteriormente pelo Cade.

Em 2006, visando evitar a duplicidade de funções e economizar os recursos da administração, a SDE e a SAE editaram uma portaria que instituiu a chamada instrução conjunta, que privilegia a *expertise* de cada uma dessas secretarias e distribui suas atuações da seguinte maneira: a SAE, do Ministério da Fazenda, fica mais responsável pela instrução dos atos de concentração; e a SDE, pelo controle de condutas anticompetitivas. Embora a SDE também atue instruindo processo de concentração econômica, sua principal função, hoje, é o controle de condutas anticompetitivas.

Embora tenhamos falado muito aqui sobre a concentração do mercado, sobre esses últimos processos de fusão e de aquisição, vou concentrar minha fala no controle de condutas anticompetitivas, na experiência que já tivemos sobre isso, porque é o que temos reforçado na nossa atuação.

A atuação repressiva se dá, basicamente, por meio do combate a dois tipos de conduta: as condutas colusivas, especialmente os cartéis, e as condutas unilaterais, de que irei falar depois.

Consideramos os cartéis uma das condutas mais lesivas à concorrência, aos mercados. São acordos entre concorrentes para fixação de preços ou cotas de produção, divisão de clientes e o mercado de atuação. São condutas de difícil detecção e de difícil comprovação. O mero paralelismo de preços não é prova suficiente de cartel, porque ele pode ser resultado de diversos outros fatores próprios da dinâmica de determinado mercado. Então, há a necessidade de se provar a existência do acordo ou o que convencionamos chamar de paralelismo *plus*, que são paralelismos de preço e algum outro indicativo que mostre que ele foi resultado de um acordo, por mais que não haja prova direta do acordo. Os seus efeitos são tão deletérios, que não chegamos a analisar qual foi exatamente a lesão que ocorreu no mercado. São efeitos que



são presumidos. Então, o mero potencial lesivo já é suficiente para caracterizar a conduta.

Outro tipo de conduta que investigamos são as condutas chamadas de unilaterais, que, diferentemente dos cartéis, são praticadas de forma individual por empresas com poder de mercado. São condutas tais como acordo de exclusividade, preços predatórios, discriminação de adquirentes, recusa de venda, venda casada, fixação de preço de revenda, entre diversas outras. Então, como eu disse, são práticas comerciais adotadas de forma abusiva por empresas que detêm o poder de mercado, com o potencial lesivo de eliminar concorrentes, de fechar mercado, de elevar barreiras de entrada e/ou de elevar os custos dos rivais. Nesse tipo de conduta, além de se provar a própria existência da conduta, aqui, sim, é necessário demonstrar que os efeitos negativos da prática superaram as eficiências, pelo que chamamos de “regra da razão”. Muitas vezes, essas condutas podem ser benéficas e gerar eficiência no mercado. Então, é necessário que provemos que os efeitos negativos foram superiores às eficiências. Então, temos de verificar o poder de mercado da empresa e a inexistência de outra racionalidade econômica para a conduta que não seja a eliminação de rivais.

Agora, entro propriamente no tema de hoje, a experiência da SDE no setor de frigoríficos.

Há um caso que já foi citado aqui em alguns momentos, que foi o caso mais emblemático no setor, chamado de caso do cartel dos frigoríficos, que se originou por meio de representações da CNA e da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, em 2004, se não me engano. A CNA nos trouxe tabelas de classificação que tinham sido distribuídas pelos frigoríficos aos seus departamentos de compras e representantes comerciais, após uma reunião ocorrida num hotel em São José do Rio Preto. A SDE, então, iniciou uma investigação extensa, que comprovou que, de fato, tinha sido feita essa reunião e que, de fato, nessa reunião, tinha sido feito um acordo. Aí o problema não é exatamente a tabela de classificação em si, mas o acordo para uniformizar os critérios de aquisição de gado bovino por meio de estabelecimentos de deságio no preço pago ao pecuarista, conforme peso e características do animal. O preço deixava de ser negociado individualmente, e existia ali uma tabela uniformizando esses critérios.

Depois da investigação, o processo foi encaminhado ao Cade, com sugestão de condenação pela SDE. O Cade condenou os frigoríficos que participaram da conduta à multa de 5% do seu faturamento bruto no ano anterior a instauração do processo. Os frigoríficos que foram considerados participantes da conduta foram Bertin, Minerva, Franco Fabril e Mata Boi. Esse é um caso emblemático para nós, porque foi o primeiro caso de condenação de pessoas físicas. Essas pessoas foram condenadas a pagar 10% do valor da multa aplicada à empresa à qual elas eram ligadas.



É importante destacar, como já mencionou o Dr. Luiz Augusto, que houve a realização de um Termo de Cessação de Conduta com o Cade por parte da empresa JBS. Então, ela não chegou a ser condenada, porque, antes disso, ela assinou um termo com o Cade se comprometendo a cessar eventual conduta e obrigando-se a pagar ao Fundo de Direito Difuso uma contribuição pecuniária no valor de pouco mais de R\$13,5 milhões.

Essa investigação, que tramitou na SDE entre 2005 a 2007, deixanos a lição de que existe, de fato, um significativo poder de compra dos frigoríficos que compõem o sistema SIF. E é importante destacar que o exercício abusivo do poder de compra pode ser tão ou mais lesivo que o exercício do poder de venda.

Como já foi comentado aqui algumas vezes e como observamos nos números, esse é um mercado concentrado, e estruturas de mercado concentradas sugerem sempre a possibilidade de exercício abusivo de poder de mercado. Mas, não necessariamente, as empresas vão exercer esse poder de mercado. Por si só, deter o poder de mercado não pode ser enxergado como problema, mas, obviamente, diante de indícios de que o poder de mercado está sendo exercido seja unilateralmente seja coordenadamente, é necessário que os elementos que indiquem essa possível conduta sejam levados à SDE, para investigação. A gente está lá de portas abertas para analisar o setor mais a fundo. Hoje, não há uma nova investigação sobre o setor, mas, como resultado desse debate, a gente espera que, caso surja alguma coisa, sejamos chamados a participar por meio de investigação de eventuais novas condutas.

Podemos atuar *ex officio* também, mas precisamos verificar a existência de algum indício. Em geral, eles não caem no nosso colo. Como mencionei, são sempre de condutas de difícil detecção, especialmente os cartéis. Então, contamos com a colaboração do setor, caso estejamos diante desse quadro.

Acho que é isso. Era uma fala rápida, para compartilhar essa experiência.

Muito obrigada pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Nós é que agradecemos à Drª Marcela sua participação, sua presença aqui. É bom que a população saiba que a SDE existe. A senhora disse, com muita clareza, da importância da SDE e de como essa Secretaria atua no mercado brasileiro.

Aqueles que se sentirem prejudicados podem se dirigir a qual departamento, Drª Marcela?

A SRª MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – Esqueci de mencionar, mas a SDE é composta de dois departamentos: o Departamento de Proteção e Defesa Econômica, que é responsável pela promoção da Política de Defesa da Concorrência, e o Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, que atua diretamente com os Procons.



Então, alguém que queira denunciar alguma coisa à SDE nesse e em qualquer outro mercado pode fazê-lo pelo site www.mj.gov.br/sde, onde há um campo de denúncia. A pessoa pode abrir o formulário, que pode ser preenchido.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ou por meio do Procon?

A SR^a MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – O Procon cuida de assuntos mais diretamente ligados ao direito do consumidor. É óbvio que nossa política também visa ao interesse do consumidor, mas de uma maneira mais indireta. Então, é um pouco separado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem, Dr^a Marcela! Nós lhe agradecemos sua presença aqui.

Concluindo o ciclo, passamos a palavra, inicialmente, ao Dr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes, Gerente do Departamento de Acompanhamento e Gestão da Carteira Número Um do BNDES.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES – Boa tarde!

Em nome do Presidente Luciano Coutinho, agradeço o convite. Infelizmente, ele não pode vir, mas pediu que representássemos o BNDES aqui. Eu, particularmente, cuido da área de participações acionárias do Banco no setor frigorífico. O Celso Jesus Júnior vai continuar a apresentação sobre linhas de financiamento do Banco no setor.

Boa tarde a todos! Boa tarde, Senador Acir Gurgacz, ouvintes da Rádio Senado e senhores telespectadores!

Cumprimento toda a Mesa, com grande prazer. É um prazer nosso estar aqui e poder contribuir um pouco com essa discussão.

É um setor, assim como o Ministério da Justiça, que é chave para o Brasil. O BNDES tem tido uma atuação muito focada, no sentido de desenvolver e promover as melhores práticas no setor como um todo e na cadeia, não só no frigorífico, tanto no sentido do pecuarista, como no do comércio, da exportação.

A apresentação foi organizada com destaque no setor e em formas de apoio do Banco. Pela parte de destaque do setor vou passar rapidamente, porque já foi, de forma bastante abrangente, abordada por diversos participantes. É algo que não vai acrescentar muita coisa. Depois, a gente fala um pouco do objetivo do apoio do Banco, das carteiras de que o BNDES participa, via BNDESPAR, como sócio e do que foi desembolsado pelo BNDES para o setor de agronegócio em 2010.

De forma bastante transversal, nesse *slide*, há a mensagem de que o consumo *per capita* de proteínas está aumentando não só no Brasil, mas no mundo como um todo, em decorrência do aumento da renda, em países em que havia uma renda mais baixa. Os países de renda mais baixa tem uma



elasticidade maior, ou seja, o aumento da renda implica, de forma mais direta, o aumento de consumo de proteína, coisa que não acontece em países mais ricos, onde o consumo de alimentos já está bem estabilizado e onde o aumento de renda acaba acarretando o consumo de bens duráveis, não de bens mais básicos.

Nesse contexto, Brasil e Estados Unidos são um grande destaque como produtores e potenciais exportadores do mercado mundial de carne, para atender à demanda em ascensão, que tem sido verificada. Já foi passado que o grande desafio para atender a essa demanda é a tecnologia, o desenvolvimento da genética. O Brasil, hoje, consome 80% da produção de carne do território nacional e exporta em torno de 20%. Devo dizer que meu número está desatualizado: pela nossa estimativa, a concentração nos três maiores frigoríficos ficaria em torno de 30%, mas fico com o número que foi apresentado de 35%, porque, certamente, meu número não está correto. Há a mensagem de que o Brasil, apesar dessa concentração, que certamente tem seus impactos regionais, é um mercado ainda pouco concentrado, quando o comparamos com os dos nossos vizinhos Argentina, Uruguai, Estados Unidos, que são potenciais concorrentes com o Brasil no exterior.

Isso é apenas ilustrativo. Desculpem-me as letras pequenas. Isso mostra a evolução do preço da arroba do boi, ou seja, o preço pago para o produtor em três países. Em azul, na linha debaixo, está o preço no Brasil, o preço em dólares, que evolui desde 2003 até 2011. Vemos que o preço da arroba pago pelo frigorífico para o pecuarista teve uma recuperação e que a vantagem competitiva comparativa existente entre Brasil, em vermelho, Austrália, em cinza, e Estados Unidos já não existe mais, ou seja, o frigorífico nos Estados Unidos, o frigorífico no Brasil e o frigorífico na Austrália pagam basicamente o mesmo custo por quilo de carne de boi vivo atualmente. Isso acaba sendo mais um desafio para a indústria se manter competitiva no Brasil, e, obviamente, o motivo disso já foi explorado, é uma questão de oferta e demanda, de custos altos de insumo para o produtor. E, obviamente, a crise fez com que matrizes fossem mortas em 2008. A oferta de bovinos para atender à demanda, hoje, é baixa frente à demanda do frigorífico.

Esse *slide* mostra a evolução da exportação nos últimos anos. O Fernando Sampaio já apresentou mais detalhes sobre isso. Vou pular esse *slide*.

Essa é uma projeção da OECD que mostra que o consumo de carne no mundo vai aumentar, com destaque maior para a proteína de frango. O Brasil é o líder na exportação de proteína de frango, mas isso não é o foco desse fórum por enquanto. Outro destaque é dado para a proteína de suínos, e, por último, em termos de taxa de crescimento, vem a carne bovina. Há complexidades maiores na cadeia para que se consiga aumentar a produção de carne bovina. O ciclo de produção do bovino é maior, em torno de três ou quatro anos. Quando se fala de carne suína, o ciclo é sensivelmente menor, é de cerca



de cinco meses ou seis meses entre o nascimento e o abate do animal, e o de frango é algo em torno de 40 dias. Então, essa facilidade de aumentar a produção de frango, no período de 2009 a 2019, reflete um pouco a capacidade que a indústria tem de absorver a demanda em maior velocidade na seguinte ordem: primeiro, aves; depois, suínos; e, em terceiro caso, bovinos.

Recentemente, com os movimentos de internacionalização que as empresas fizeram no Brasil, com oportunidades que surgiram fora do País, houve o caso, ao final de 2010, do frigorífico JBS Friboi, que passou a ser a maior empresa do setor de proteína animal no mundo. Isso foi ordenado por receita. Essa empresa faturou algo em torno de R\$55 bilhões no ano passado, ultrapassando, nesse caso, a Tyson, uma empresa americana que, no ano passado, faturou algo em torno de R\$48 bilhões, obviamente convertidos do valor em dólar.

A Marfrig, após aquisição de uma empresa nos Estados Unidos chamada Queenstown, que é uma grande fornecedora do McDonald's no mundo todo, passou para uma receita em 2010 em torno de R\$29 bilhões, seguida pela Brasil Foods, que é resultado da fusão entre Sadia e Perdigão. E, na sequência, vem outra empresa americana, que é a Smithfield, fortemente focada na produção de suínos e de aves, não tem produção bovina, e a Hormel, que é uma empresa de produtos de valor mais agregado e que trabalha com menos produtos *in natura* e com mais produtos voltados à marca, como a Brasil Foods.

O que nós, do BNDES, conseguimos observar no setor nos últimos cinco anos? As empresas, claramente, tiveram uma estratégia de diversificação geográfica, e entendemos que esse movimento favorece a solidez da indústria no Brasil, porque passa a haver empresas mais fortes, que têm riscos de barreiras sanitárias ligeiramente mitigados, uma vez que produzem em diversos mercados e conseguem fornecer a partir desses diversos mercados para outros mercados; porque se permite a captura de uma inteligência mercadológica do consumidor no mercado em que ele atua, ou seja, a empresa que está baseada na Europa favorece entender melhor a dinâmica daquele mercado local e eventualmente fornece, a partir do Brasil, uma carne, um tipo de corte que funcione, que tem uma especificação melhor nesse mercado, assim como Austrália, Ásia e outros mercados.

O que pude observar nesse acompanhamento que tenho feito nos últimos anos é que essas aquisições também trazem para o Brasil tecnologia de produção, práticas que são bem executadas nos Estados Unidos, na Austrália, na Argentina, no Uruguai. Quando há uma empresa dona de outras empresas nessas localidades, isso permite que essas empresas transitam entre as diversas plantas o melhor em tecnologia, mais uma vez favorecendo a eficiência de produção de forma operacional para essas empresas.

Outro movimento muito claro que foi observado foi a diversificação em proteínas. Há três ou quatro anos, as empresas, quando abriam capital em



bolsa, como, por exemplo, JBS e Marfrig, eram muito focadas em produção de bovinos. O que pode ser percebido foi uma estratégia em diversificação em tipos de proteínas. Além de bovinos como produção, elas passaram a ter frangos e suíços. Esse movimento também é tido como positivo, uma vez que essas proteínas são substitutas naturais umas das outras, uma vez que, no momento atual, de aumento da renda, há migração do consumo de frangos para suíços e, eventualmente, de suíços para bovinos. E, num movimento inverso, noutro ciclo, um ciclo de baixa, de decréscimo de renda, é possível que haja uma volta, um aumento na demanda por frangos.

A abertura de capital e o acesso a outros mercados demandam dessas empresas uma evolução na governança interna, ou seja, nos procedimentos internos. Eventualmente, usando a palavra *compliance*, que foi usada pelo representante do Ministério Público, podemos atender melhor as regras a que elas estão sujeitas. Ao estarem em diversos países, há mais regras, e isso demanda um controle muito maior tanto da produção quanto das questões sócio-ambientais, o que favorece o desenvolvimento da indústria como um todo, porque são trazidas práticas de sucesso de outros lugares para o Brasil. E, obviamente, há o movimento inverso também: muitas coisas são muito mais bem geridas e mais bem feitas no Brasil do que em outros lugares do mundo.

Há alguns movimentos de verticalização. As empresas que são muito focadas em proteína sem marca têm divulgado estratégias para conseguir chegar mais próximo do consumidor, para capturar uma margem maior e ter um controle maior do ponto de venda. Entendo, agora que escutei o debate em relação a supermercado e a produtor, que isso tem a ver com a tentativa de se equilibrarem as forças com o supermercado, ou seja, com varejista e produtor, uma vez que se pode impor um preço maior por que o consumidor demanda o produto. Então, acho que isso é benéfico para a indústria e equilibra um pouco a relação, que é um pouco desequilibrada, pelo que entendi da exposição dos palestrantes que falaram antes.

Obviamente, a escala facilita contratos de fornecimento de logística e de embalagens que melhorem a eficiência das empresas também.

Esse gráfico foi elaborado por nós mesmos, com base nos dados do IBGE com relação a abate bovino no ano passado. A linha azul mostra o número de peles e de couro processados no País, e a linha vermelha, o número de abates que têm algum tipo de inspeção federal, estadual ou municipal.

Uma inferência foi feita por nós: se há um processamento maior de peles e menor de cabeças de gado, a diferença é o que é informal, ou seja, ele gera pele, mas não há um abate com serviço de inspeção.

Há outro movimento que vemos e que é bastante benéfico para o setor: a linha verde, que mostra o nível de informalidade, ou seja, o abate que não passa por algum tipo de inspeção, tem diminuído ao longo do tempo, ou



seja, o número de peles processadas tem diminuído em relação ao número total de cabeças abatidas com algum tipo de inspeção. Isso é benéfico, porque são carnes produzidas que têm algum tipo de fiscalização, que seguem algum tipo de regra, que passam por um programa de *compliance*, e isso é melhor para o consumidor, para a indústria, para todos os participantes do mercado.

Celso, agora, você pode dar continuidade com relação às linhas de empréstimo.

O SR. CELSO DE JESUS JÚNIOR – Boa tarde a todos!

Meu nome é Celso de Jesus Júnior. Trabalho no Departamento de Agroindústria do BNDES, que é responsável pela análise dos pedidos de financiamento.

Há as formas de apoio do BNDES: as linhas tradicionais de empréstimos, que são destinadas a investimento produtivo, à expansão de unidades produtivas, à modernização, à inovação, à implantação de unidades; apoio ao comércio exterior, por meio das diversas linhas, principalmente de capital de giro. E os itens financiáveis, os itens que o Banco apóia, são basicamente todos, exceto aquisição de áreas, de animais para revenda, de máquinas e equipamentos usados ou importados e de capital de giro isolado. Na parte de renda variável, do mercado de capitais, há o BNDESPAR, que é a participação acionária que apóia a internacionalização e reestruturações financeiras e societárias, fusões e aquisições.

As modalidades operacionais podem ser feitas diretamente. O cliente pede diretamente ao BNDES apoio financeiro, e o risco da operação é do BNDES. A participação acionária também é uma operação direta. E há as operações indiretas, em que o empresário procura um agente financeiro credenciado pelo BNDES – todos os grandes bancos do Brasil são agentes financeiros do BNDES, que tem perto de cem agentes financeiros credenciados –, e o risco da operação é do agente financeiro, mas o recurso utilizado é do BNDES; o agente financeiro tem de zelar pelo cumprimento das normas que o BNDES determina.

Há alguns produtos da parte de operação direta, do apoio direto: o BNDES Finem, que é o financiamento de empreendimentos, de projetos de investimentos, projetos de financiamento de valor mínimo de R\$10 milhões, que são operações são feitas diretamente com o BNDES; operações de limite de crédito, que é um crédito rotativo para clientes que já têm um histórico de relacionamento com o BNDES e que estão adimplentes por um prazo superior a cinco anos; subscrição de valores mobiliários; internacionalização de empresas, *project finance*.

Ressalto um detalhe, antes de prosseguir: todos esses produtos, todas essas linhas de financiamento do Banco são bastante flexíveis, adaptam-se a clientes de diversos portes, ao micro, pequeno ou grande empreendimento.



São linhas bastante flexíveis, e a estruturação da operação se adapta a clientes de diversos portes.

Nas operações do BNDES automático, há a versão do Finem para projetos de financiamento de R\$10 milhões; o BNDES Finame, para aquisição de máquinas e equipamentos; o BNDES Finame Agrícola, para produção e comercialização de equipamentos agrícolas; o BNDES Finame Leasing, para arrendamento mercantil de mais equipamentos; o BNDES Exportação, para produção nacional de bens e serviços; e o cartão BNDES, que é um crédito rotativo pré-aprovado, para aquisição de produtos, insumos e serviços. Hoje, há quatro agentes financeiros que têm autorização para repassar o cartão BNDES, e o crédito pode ser de até R\$1 milhão por cartão por agente financeiro, o que, em tese, pode fazer com que o cliente possa ter um valor de até R\$4 milhões no cartão.

Mais recentemente, a preocupação com relação ao meio ambiente também sempre foi do BNDES, que resolveu ampliar o escopo da sua atuação em relação ao meio ambiente e lançou algumas linhas que apóiam iniciativas voltadas para a reconstrução ambiental.

Há o BNDES Compensação Florestal, que é o apoio à regularização do passivo de reserva legal em propriedades rurais destinadas ao agronegócio, à preservação das florestas nativas e de ecossistemas; o BNDES Empresas Sustentáveis na Amazônia, que apóia oportunidade de investimento na Amazônia, gerando apoios financeiros, mas com impactos sociais e ambientais positivos; o BNDES Florestal, destinado ao reflorestamento, à conservação e recuperação de áreas degradadas ou que tenham sido convertidas e ao uso sustentável de áreas nativas; o Programa de Estímulo à Produção Agropecuária Sustentável, o chamado Produsa, que é destinado ao reflorestamento, à conservação e à recuperação florestal de áreas degradadas ou convertidas e ao uso sustentável de áreas nativas, na forma de manejo florestal.

Aqui, mostra-se o fluxo da tramitação dos projetos no BNDES. A empresa prepara uma carta-consulta e a encaminha ao BNDES. Esta carta-consulta, então, chega ao Departamento de Prioridades, na área de planejamento, que vai verificar a aderência da proposta às políticas operacionais do BNDES. Essa análise leva 30 dias. Se estiver tudo certo, o projeto é enquadrado; então, a empresa tem 60 dias para fazer a apresentação do projeto. A carta-consulta é um delineamento mais geral de qual é o investimento.

No projeto, já se entra num nível de detalhe maior, e a empresa, então, tem 60 dias para apresentá-lo. O projeto é encaminhado à área operacional. No caso, a minha área é operacional: Departamento de Agroindústria, onde é feita a análise do projeto e a estruturação da operação. Estando tudo certo, com toda a documentação necessária, preparamos um documento e o encaminhamos à Diretoria para aprovação. Se a Diretoria aprova



a operação, esta, então, é contratada. Então, é iniciado o desembolso dos recursos. A empresa passa a fazer os investimentos. Passamos a acompanhá-los e ver se eles estão em linha com aquilo que foi contratado.

Os objetivos de apoio ao setor frigorífico, hoje, são: cumprir o papel institucional do BNDES, como banco de desenvolvimento; fortalecer setores que o BNDES considera e que são estratégicos para o País, onde o Brasil detém vantagens competitivas reconhecidas; suportar a expansão do setor; fomentar o investimento em novas unidades, a modernização das novas unidades.

O André mostrou aqui que houve uma diminuição significativa do abate informal. Outras apresentações também mostraram isso. O setor tem aumentado sua produtividade, e gosto de pensar que um pouco disso é em função do apoio do BNDES.

O BNDES também visa induzir à adoção das melhores práticas socioambientais em toda a cadeia – o BNDES cristalizou essa sua preocupação na Resolução nº 1.854 –; apoiar o processo de internacionalização das empresas do setor – uma operação de 2007 foi a pioneira e serviu como ponta-de-lança para as empresas brasileiras serem hoje as maiores do mundo –; e induzir boas práticas de governança e de sustentabilidade.

Aqui, em relação à participação acionária, a participação do BNDES... (*Falha de gravação.*) ...da empresa JBS está em torno de 20%... (*Falha de gravação.*) ... e da BR Food, em torno de 2,5%. Quer dizer, isso está longe de um controle. O BNDES, na verdade, só quer apoiar o desenvolvimento e a expansão dessas companhias. Ele não tem qualquer interesse em exercer controle sobre essas companhias, mas também quer ter influência, no sentido de propor formas para que essas empresas aperfeiçoem sua governança e suas práticas.

O desembolso do BNDES em 2010 para o complexo de carnes, que envolve bovinos, aves, suínos, pescados, ovinos e caprinos, foi em torno de R\$5,5 bilhões. A carne bovina foi a mais beneficiada, com o aporte de R\$2,6 bilhões; a carne de frango vem em seguida, com R\$1,1 bilhão; a carne suína, com perto de R\$300 milhões; e as outras carnes, perto de R\$1,5 bilhão, o que também é uma participação expressiva.

Era isso que queríamos mostrar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agradecemos a presença ao Dr. André Gustavo e ao Dr. Celso de Jesus Júnior.

Sabemos que o BNDES tem uma importância muito grande no desenvolvimento do nosso País. O BNDES tem uma participação muito grande nesse avanço do Brasil neste momento com relação ao mercado internacional.

Fica aqui sempre aquela pergunta com relação aos nossos frigoríficos: dessa verba de R\$2,6 bilhões, quanto foi destinado para investimento fora do Brasil e para dentro do País? Essa separação existe, ou é



uma política do BNDES avançar no mercado de outros países, ou ainda é uma prioridade do BNDES investir na indústria brasileira, promovendo desenvolvimento e emprego no nosso País? Há essa separação, ou ainda continuamos com o BNDES priorizando as empresas e investindo no Brasil?

Essa é uma pergunta que todo mundo gostaria de fazer com relação ao avanço da JBS no exterior. Há sempre essa questão de que se trata de um avanço, por meio do dinheiro brasileiro. É um avanço, por meio do dinheiro do BNDES. Tenho certeza de que o Brasil inteiro gostaria de fazer essa pergunta. Deixo-a aqui, para que os senhores nos possam atender.

O SR. ANDRÉ GUSTAVO SALCEDO TEIXEIRA MENDES – Bem, não sei se começo respondendo. Na verdade, o BNDES é um órgão executor de políticas públicas, e, na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), que vigorou de 2005 a 2010, um dos setores prioritários que deveria ser atendido era o complexo carnes. Entre os objetivos estratégicos que estavam listados na PDP, havia o processo de expansão, de internacionalização, e o fortalecimento e o posicionamento do Brasil como líder de exportações em frangos, eventualmente, em outros mercados, como acabou acontecendo com a proteína bovina, o que, até então, não era o caso.

Obviamente, favorecido por questões mercadológicas, o Brasil estava preparado e soube aproveitar muito bem a questão da vaca louca nos Estados Unidos. A partir de então, passamos a ser líderes em exportação.

Este é o contexto da política pública e da missão do BNDES: inserir-se dentro de um panorama de política pública do Governo.

Descendo um pouco mais para a questão do Banco em si, da execução, os financiamentos do BNDES, que contemplem o uso de uma taxa, a TJLP, que tem diferenciais competitivos, são feitos para o setor no Brasil. Ou seja, a questão de equipamentos, de modernização de indústrias e de qualquer tipo de operação em indústria no Brasil conta com o financiamento, com uma taxa competitiva e adequada ao setor para empresas que vão investir no Brasil.

Na outra modalidade, a de participação acionária, em que o BNDES adquire uma participação societária em grupos, aí o recurso pode ser utilizado para fusões e aquisições tanto no Brasil quanto no exterior.

As teses de investimento, por trás das aquisições no exterior, estão, em grande parte, ligadas à competitividade da indústria do Brasil, porque o fato de a empresa estar bem posicionada no mercado exterior é que vai ditar se ela vai ter um futuro no setor ou não.

Eu trouxe um gráfico, que foi mostrado na apresentação, das dez maiores empresas no setor em 2010. Se pegássemos esse mesmo gráfico há dez anos, dificilmente veríamos uma empresa brasileira figurando entre as maiores empresas. É o que, hoje, acontece eventualmente com outros complexos. Não se consegue ver nenhuma empresa brasileira liderando o complexo de grãos mundial, por exemplo. Acho que o Brasil perdeu a



oportunidade de criar uma grande empresa brasileira no complexo de grãos e verificou uma oportunidade de fazer isso com o complexo de carnes.

O BNDES ajudou a executar essa política. Não daria para criar uma grande empresa global em carnes, se ele não fosse globalmente posicionado. Acho que uma coisa decorre da outra. Esse é o racional do apoio.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Bem, Dr. André, eu, com bom brasileiro, orgulho-me de ver as empresas brasileiras liderando o mercado internacional de carnes, e, talvez, consigamos o mesmo em outros segmentos. Uma das maiores riquezas que temos, depois do próprio País, são as nossas indústrias.

Refiro-me a isso. Preocupo-me quando, no meu Estado de Rondônia, vejo indústrias paralisadas por falta de apoio do BNDES. Em um dado momento, tivemos um frigorífico na minha cidade de Ji-Paraná – e tive, em certo momento, contato com o BNDES –, mas precisávamos de R\$16 milhões, para que essa empresa voltasse a funcionar com capital de giro. Essa empresa não conseguiu esse valor no BNDES e está lá com as portas dessa forma, evidentemente produzindo apenas desemprego e falta de concorrência no mercado.

Peço até ao senhor que verifique essa questão das empresas do Estado de Rondônia, dos frigoríficos em Ariquemes, em Ji-Paraná, em Pimenta Bueno, em Vilhena. Esses frigoríficos estão paralisados. Cooperativas e associações montaram seus frigoríficos, mas não conseguem fazê-los funcionar. Estão com todas as suas plantas prontas, mas com falta de capital de giro, e, assim, não podem funcionar.

Enfim, faço apenas um paralelo. Evidentemente, não vamos comparar essa questão regional com a grande importância que tem o BNDES no apoio às empresas brasileiras, no sentido de despontar e ser líder internacional.

Volto a dizer que, para nós, brasileiros, é um orgulho que essas empresas brasileiras possam pontear, sendo umas das maiores empresas mundiais na produção de carne.

Quero agradecer também a presença ao nosso Deputado Vadão Gomes.

Pergunto se V. Ex^a gostaria de usar da palavra.

O SR. VADÃO GOMES (PP – SP) – Se fosse possível, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Está com a palavra o Deputado Vadão Gomes.

O SR. VADÃO GOMES (PP – SP) – Senador Acir Gurgacz, parabéns pelo fato de, numa sexta-feira, V. Ex^a fazer esta reunião, numa atitude de boa vontade! Sabemos o quanto é difícil fazermos reuniões às quintas-feiras, mas fiquei com uma vontade danada de vir aqui. Achei que a sala estaria lotada de empresários do setor. Eu esperava, portanto, as pessoas que aqui estão.



Aqui, estão representados o Ministério Público Federal, importantíssimo nessa reunião, o BNDES, o Ministério da Justiça, a nossa CNA e os nossos heróis.

Está ali o Péricles, que foi nosso herói do setor. Ele foi uma das pessoas que provocou a formalidade no setor, fazendo justiça, fazendo uma adequação na questão tributária. Ele conseguiu organizar isso, e a informalidade está acabando em função da adequação, de uma justiça tributária.

Há outros heróis no Brasil, como, por exemplo, o Dr. Paulo Costa Leite, o Dr. Ferrão, o Dr. Paulo Baeta, que conseguiu, no Supremo, eliminar um tributo que era danoso à atividade frigorífica, o Funrural.

Portanto, estou aqui feliz. Talvez, esta seja a melhor reunião em que já estive na minha vida. Parabéns pela experiência que tem passado a todos nós!

V. Ex^a saiu da Região Sul, foi para a Região Norte e trouxe o progresso. Sem dúvida, homens iguais a V. Ex^a, que é um investidor nato, fazem-nos acreditar no Brasil. Quando ocorre esta reunião, quando debatemos este tema, nós nos perguntamos: por que o setor quebrou? Setenta e cinco por cento não existem mais. Aqui atrás, não há nenhum. Há alguma coisa errada.

Não sei afirmar categoricamente, mas me disseram que, com algumas ofertas de recurso para 2011, o BNDES aplicou pouco mais de R\$18 bilhões no setor frigorífico, objetivamente em três apenas.

Vim aqui para ouvir, até para começar a caminhar e a respirar, porque a quebra é generalizada.

Na crise de 2008, vendíamos a tonelada de dianteiro por pouco mais de US\$4 mil dólares. Foi a maior ascensão na integração do mercado mundial: houve a aceitação da nossa carne, que era pouco aceita; a capacidade inigualável do Ministério da Agricultura de abrir mercado; a capacidade objetiva da Abiec.

Vocês viram a palestra do Fernando. Que coisa mais linda do mundo! Que sabedoria! Que competência!

O Ministro Pratini lá esteve, abrindo o mercado russo, de maneira competente. Nós, que tínhamos o sonho de vender para a Rússia 100 mil toneladas entre carne bovina e suína, conseguimos chegar a mais de 700 mil toneladas. Mas, naquele momento, por exemplo, empresas que o BNDES tem apoiado, cujo gigantismo, na minha opinião, tem levado o setor à quebra, fizeram uma oferta de alguns de navios que estavam carregados, uma empresa única, e caiu o mercado para menos de US\$2 mil a tonelada, de um dia para o outro, provocando a quebra no setor inteiro e, talvez, delas próprias.

Por acaso, quando eu estava vindo para cá, li em um jornal a respeito do balanço de uma dessas empresas. Com toda essa reorganização, com o gigantismo proposto pelo BNDES de maneira fácil, não se conseguiu obter lucro. Se analisarmos aqui de maneira leiga, para se cobrir um endividamento de pequeno, médio e longo prazo, é preciso somar R\$10 bilhões.



Se somarmos a isso o prejuízo, que vai ser de R\$5 bilhões daqui a quinze anos, eles precisam arrumar R\$15 bilhões. Se não se está obtendo lucro hoje, como é que será o futuro, mesmo com essa reorganização hoje?

Fico preocupado, porque, às vezes, o pessoal do BNDES não conhece bem o setor. O frigorífico é uma linha de desmontagem, de ações regionalizadas em função do hábito. A ação do empresário produtor de boi é muito particular. Diz-se que “quem engorda o boi é o olho do dono”. Essa é uma fala, mas é uma realidade. São muito pessoais essas ações. Também a distribuição no mercado mais importante do mundo, que é o brasileiro – é o mais estável, o mais constante –, também tem uma logística muito regionalizada.

Então, 65% do custo fixo de uma empresa é mão-de-obra, no ato do abate do animal. A indústria é outra história. Precisamos dos organizados, das pessoas que estão estruturadas financeiramente, não fazendo com que suas empresas tenham a obrigação de captar recebíveis, para provarem balanço ou até para descontá-los, a fim de continuarem existindo.

Estamos vivendo no Brasil, e, infelizmente, se olhamos para trás e para a atual e futura perspectiva, não vejo segurança.

Vim aqui aprender, Senador. Obrigado pela oportunidade.

A minha ansiedade é a de ver o caminho que os agentes de fomento deste País têm seguido. Objetivamente, o BNDES e alguns outros órgãos financiam o comprador de carne. E há o financiamento de lá para cá também. Financia-se o comprador, e acho que nem é o BNDES. Imagino que isso não tenha auxiliado em nada. Jogamos no lixo 70 mil postos de trabalho nos últimos cinco anos da atividade frigorífica no Brasil.

Fico meio sem entender qual seria essa garantia que o BNDES teria para tanto investimento e tanta exclusividade. Isso me preocupa muito. Será que todos os setores que quebraram – eram pessoas que tinham empresas há 30 anos, com seriedade, com hombridade, com identidade tanto na aquisição como no mercado – eram tão ruins assim de gestão? Não sei.

O mercado mundial é muito tradicionalista. Não conheço o mercado russo. Vendo lá. Tenho frigorífico. Conheço outros mercados pessoalmente. São empresas de tradição, que passam de pai para filho, de filho para neto. Então, essa tradição traz também a necessidade da presença dos gestores da empresa aqui, porque são empresas que continuam no dia a dia. Se é uma atividade contínua, tem de ter, portanto, a segurança do fornecimento do produto. E, hoje, o que a gente nota por parte de muitos clientes é que a concentração no Brasil pode se colocar com o pé atrás.

Isso aconteceu com empresas médias. Algumas fusões que vimos aí eram empresas que eram líderes de mercado e que, de repente, pereceram. Será que foram mal geridas? Outras médias pereceram. Será que isso aconteceu com todas que pereceram? Havia empresa com R\$4 bilhões de faturamento. Será que era pequena? Pereceu, quebrou. As plantas aí estão.



Algumas foram arrendadas para os grandes. E nenhum juiz teve a coragem de decretar falência, porque sabe da importância social de cada planta, de cada frigorífico, não só para o Estado de Rondônia – e sei a forma como lá está. É preciso, efetivamente, fomentar.

Então, eu queria sair daqui tranquilo por causa da sua ponderação, Senador. Que possa haver por parte do BNDES benevolência para os menores! Isso é o que eu queria pedir.

Tenho alegria de estar aqui, perto do pessoal do BNDES. A gente não consegue achar que isso é possível.

Drª Marcela e Dr. Luiz Augusto, parabéns pela forma como vocês fizeram suas exposições, de forma inteligente, com simplicidade!

Quanto àquela história do cartão, não houve, nunca existiu a mínima possibilidade da combinação. Isso nunca vai existir na compra de animais. Mas a concentração, sim, está sendo danosa de maneira muito grave. Se houvesse resultado na concentração... Mas estão aqui os balanços, que são negativos, mesmo com tudo que foi apoiado, com custo adequado de financeiro.

Se aquelas empresas que estão pagando desconto de duplicata a 2,5% ao mês, a 3% ao mês, e outros que estão pagando 10% a 15% do custo da dívida ao ano não estão ganhando dinheiro, imaginem os demais, que não têm o apoio dos agentes oficiais?

Aqui, não sou ninguém para requerer nada, mas, se o senhor quiser ouvir algo de quem, por 32 anos, ajudou a tirar couro, levantando de madrugada, e a lombar carne por muitos anos, posso dizer que conheço cada canto das nossas atividades e sei que, da forma como está, isso não pode continuar, pois a concentração é danosa. Não é que eu queira que o Friboi ou que o Marfrig diminuam de tamanho. Pelo contrário, são bons empresários e boas pessoas. O que é preciso é que os agentes de fomento do Brasil possam apoiar os menores, porque ainda há tempo para isso. A concentração não tem sido boa nem para os próprios gigantes. Está muito ruim, está difícil conduzir a situação dessa forma, e a quebra e o prejuízo no Brasil têm atingido, de maneira genérica, os que são menores hoje.

Aqui, foi dito também que os gestores são mantidos após a aquisição; foi o que li ali. Realmente, alguns donos de frigorífico têm de ter trabalho de empregado. Não há mais o que fazer, porque são pessoas que nasceram ali, que viveram essa atividade e que, hoje, estão passando a vergonha de não terem outra saída, a não ser a de dar cano no pecuarista. Está aqui o Paulo Sérgio, que tem ativamente participado deste debate, buscando a solução. O pessoal da CNA tem sido glorioso, tem ajudado o setor também a equalizar, ajudou o Péricles também a equalizar a questão tributária. Essa tem sido uma união maravilhosa.

Se eu tivesse o direito de fazer um pedido aqui, eu pediria ao BNDES que ouvisse os quebrados, porque estão quebrados todos aqueles que



não tiveram a ajuda do BNDES. São pessoas que conhecem o que fazem. Essa regionalização é 100% importante para a aquisição e a gestão do negócio. Um traseiro pode dar de rendimento 68% ou 78%; isso depende do tipo de animal, depende do acabamento do animal, depende da idade do animal e depende do trabalho a ser feito na fábrica. É o olho do dono do frigorífico que o viabiliza. Por isso é que você não vê lucro nos grandes, e nunca você vai ver isso. Você vai ver os balanços sempre vermelhos.

Então, a regionalização é importante. Os frigoríficos precisam ser valorizados. Sem dúvida, a entrada de algumas plantações, como a cana, por exemplo, em São Paulo e no Centro-Oeste tem levado o boi para a Amazônia. Mas as cobranças continuam ativas, podendo trazer boi de onde quer que seja. Mas isso precisa ser apoiado.

Por isso, eu gostaria de pedir a atenção do Ministério da Justiça e do nosso Procurador, que sabiamente mostrou essa questão.

Estou feliz da vida. Obrigado pela oportunidade. Agradeço a vocês do BNDES, que estão achando que o setor é bom, e eu sei que é bom, é importante, estratégico. O consumo no mundo acabou. A Europa é nosso grande comprador de produto valorizado, a maioria para hotel. Um boi tem somente 18% do seu valor de carne nobre. A Europa consumia isso, com a valorização de 30% a mais dos outros mercados. Hoje, a Europa paga menos do que se vende no Brasil. Acabou-se a gastança do turismo na Europa, e o americano era o grande comprador. Então, quando você vê o gráfico em termos de preço, eles estão perdendo a competitividade não pela eficiência das nossas plantas, mas porque eles não contam mais com o cara que compra para comer, principalmente, carne.

Portanto, o Brasil precisa ficar atento, porque o exagero na produção tem derrubado o preço no mundo. Nós, brasileiros, estamos produzindo demais, matando fêmea. O Governo precisa fazer a política de reter as fêmeas. O BNDES tem um programa importante, que é a recuperação do solo, das pastagens. Este já é um primeiro momento para reter as fêmeas, que, hoje, estão sendo abatidas e ofertadas, em tese, a preço de banana.

Obrigado, Senador.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Deputado Vadão Gomes, por sua participação.

Chegamos a esta conclusão: o setor está crescendo, desenvolvendo-se, mas com prejuízo. É isso, Dr. Paulo? Essa é a posição?

Antes de lhe conceder a palavra novamente, Dr. Péricles, eu gostaria de passar aqui cinco perguntas que foram feitas pela população do Estado de Rondônia, que as mandaram por e-mail ontem. Não sei se está no ponto. A gente pode ouvi-las agora?



Lembro também que aqueles que queiram fazer perguntas ou questionamentos a qualquer um dos debatedores podem fazê-lo pela Internet, pelo site www.senado.gov.br/alosenado, pelo telefone 0800-612211 ou pelo Twitter @alosenado.

Pode soltar, então, a pergunta:

– “Eu queria formular uma pergunta. Acho que, talvez, esta pergunta deva ser dirigida ao Ministério Público Federal.

Em Rondônia, até 1985, as ocupações de terra eram tituladas baseadas numa normativa que o Incra tinha editado por volta de 1977. Em 1985, essa portaria, essa normativa foi suspensa pelo Governo Federal, e, desde 1985 até hoje, embora tenha sido lançado no ano passado o Programa Terra Legal, não foi emitido mais nenhum título de domínio em Rondônia. Portanto, todas aquelas pessoas que vieram para Rondônia, que fugiram do Paraná depois da grande geada, que vieram de diversas regiões do País ocuparam as terras da União. Portanto, esses produtores ocuparam essas terras, mas nunca conseguiram o título de domínio.

De repente, vem uma legislação ambiental, e o próprio Ministério Público nos acusa de produtores de boi pirata, de bandidos, de assassinos e de grileiros, quando nós, realmente, somos produtores rurais que queremos produzir alimento para esse País.

Pergunto: como ficará a situação desses produtores que estão hoje impedidos de comercializar sua produção?”

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Vamos ouvir as outras quatro perguntas, para ficar mais fácil? Ou o senhor pode responder? O Dr. Luiz Augusto gostaria de dar a resposta?

Na verdade, o que acontece em Rondônia é exatamente o retrato do que o nosso colega Dr. Luiz disse. A população foi para Rondônia a convite do Governo Federal e lá está. A população foi desbravando, integrando a região amazônica, e, nesse meio tempo, depois da ocupação, mudou a legislação. Agora, estamos trabalhando para reformular o Código Florestal.

Acredito que essa deve ser mais ou menos a pergunta dos nossos agricultores, dos nossos produtores rurais do Estado de Rondônia.

Então, Dr. Luiz, se o senhor quiser responder, poderá fazê-lo, por gentileza.

O SR. LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA – Não tenho a inteireza do que acontece lá, mas, de fato, uma das grandes questões é a insegurança jurídica. Também temos esse problema, e algumas demandas são postas até para que se possa esclarecer isso em definitivo. Eu, realmente, tenho sensibilidade a esse tema, a essa questão da titulação.

O SR. VADÃO GOMES (PP – SP) – Eu queria formular uma pergunta.



O SR. LUIZ AUGUSTO SANTOS LIMA – Há demandas para as quais o Judiciário ainda não deu solução, como a dos títulos dados pelo Mato Grosso, em que era considerada terra devoluta; depois, disseram que não, que era da União. Isso realmente causa insegurança, o que é muito ruim. Deveria também o Judiciário acorrer e dar solução rápida a essa problemática. Lamento não poder dar detalhes, até porque não atuei na região de Mato Grosso.

Também foi apresentada aqui a questão do georreferenciamento. Todo dia, no meu gabinete, dou parecer favorável aos agricultores que fazem o pedido, que, por vinte meses ou por dois anos, ficam esperando e que não podem fazer mais nada. Quer dizer, o Poder Público não pode travar a atividade econômica, tem de responder a essa ansiedade pessoal. Fico mais condôido com a ansiedade emocional. Vejo ali uma pessoa. Vi vários agricultores assim quando acompanhei CPIs. Permita-me só tomar um pouquinho do tempo. Estamos lidando com pessoas, tem de haver emoção, e a gente responde a esse sentimento. Eu não me sentiria confortável se eu falasse aqui tecnicamente, doutrinariamente. Dessa forma, eu não daria a resposta que ele quer ouvir. Ali há emoção.

Por isso, nós, como agentes do Estado, temos de nos preocupar com isso e dar resposta a isso o mais rapidamente possível. Temos nossas culpas também, temos também nossas culpas, talvez até por tendências. Como eu disse aqui, se não formos instruídos, com toda a sociedade nos dando todas as informações, poderemos, de repente, ficar partidários só por um lado.

O Ministério Público tem essas portas, não tem só uma veia ou só um posicionamento. Somos múltiplos, há várias câmaras de coordenação. Ou seja, estamos também plurais em termos de compreensão dos problemas.

Eu gostaria aqui de dizer ao senhor... Não decorei o nome dele. É o Sr. Luiz Conde. Nós nos colocamos, sim, à sua disposição, para dialogarmos e para, se possível, dar-lhe respostas mais concretas.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Luiz. O que o senhor ouviu do nosso colega de Rondônia é o sentimento da maioria dos produtores que lá estão, produtores que hoje se sentem marginalizados perante a lei, pela mudança das regras, depois que eles foram convidados pelo Governo Federal a ocupar parte da região amazônica. Rondônia é um pedaço pequeno da região amazônica. A região amazônica compreende 61% do território nacional. Rondônia tem o tamanho do Estado do Paraná e tem 1,6 milhão de habitantes apenas. É um Estado pequeno, mas é um Estado com uma produção agrícola muito grande, muito forte.

Talvez, uma declaração como essa nos ajude a colocar a reforma do Código Florestal. Isso vem viabilizar de novo a atividade dessas pessoas. São essas pessoas que estão hoje na ilegalidade, que precisam voltar para a legalidade, que vão cuidar da floresta, que vão cuidar do meio ambiente a partir da legalidade. Sem estar na legalidade, não há por que seguir a lei, não há por



que preservar a floresta. Mas, a partir do momento em que as terras dessas pessoas forem legalizadas, por meio da legalização fundiária, por meio do Código Florestal, elas vão ter uma responsabilidade maior com nossas florestas e com nossas reservas. Por isso, expressamos nossa preocupação de que a Câmara dos Deputados vote o quanto antes a reforma do Código Florestal.

Pergunto se já estamos no ponto da segunda pergunta.

Peço desculpas aqui aos nossos convidados e também aos telespectadores, mas estamos inovando. Essa é uma inovação, Deputado. Estamos fazendo uma interação com a população por meio de *e-mail*, por meio da linha 0800 do telefone, por meio do Twitter e também por meio de mensagens enviadas no dia anterior ou mesmo no dia da audiência. Assim, podemos colocar aqui a imagem das pessoas participando deste debate. Entendemos que isto é importante: a aproximação do Senado e da sociedade brasileira, das pessoas.

Então, enquanto não há o sinal da Internet, vamos fazer algumas perguntas que chegaram por *e-mail*. Aqui, está a pergunta de Antônio Bezerra de Carvalho Neto, que é da cidade de Pau Brasil. Ele diz o seguinte: "O cidadão concorda com a divulgação...". Ele pergunta ao Dr. Paulo Sérgio por que há tanta demora e burocracia para se fazerem as vistorias, as emissões de posse e os levantamentos topográficos na Associação Comunitária de Desenvolvimento Sustentável Rural Nova Vida, em Santa Luzia, na Bahia. Segundo ele, os agricultores são prejudicados pela demora.

Não sei se teremos aqui como responder. Dr. Paulo, temos como responder ao Antônio Bezerra, da cidade de Pau Brasil, na Bahia?

O SR. PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA – Em relação à pergunta do Sr. Antônio Bezerra, quero dizer que temos mais informações a respeito desse assunto. A CNA vem acompanhando a questão dos levantamentos topográficos. Infelizmente, não é uma área da qual tenho informações aqui, mas posso levar ao setor competente da CNA, que poderá dar um encaminhamento a essa pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Peço que o senhor envie a resposta, assim que possível, para a nossa Comissão e também ao nosso amigo Antônio Bezerra.

Também veio uma pergunta de Orizona, no Estado Goiás, feita pelo Sr. Zilmar Ramos Bastos. O Sr. Zilmar pergunta: "Por que os donos de frigoríficos estão sendo beneficiados, podendo pagar a dívida em longo prazo?". Informa que eles têm bens que deveriam ser executados para quitar as dívidas, pois os credores dos frigoríficos estão vendendo suas terras para honrar seus compromissos.

É uma pergunta generalizada. Não sei se temos resposta para isso. É um sentimento do produtor brasileiro, é um sentimento do nosso produtor rural. Ele vende para o frigorífico, e o frigorífico quebra, não paga ao produtor,



consegue renegociar sua dívida, para que ela seja paga em 10, 20 ou 25 anos, enquanto o produtor rural tem de vender seu produto, vender suas propriedades, para conseguir manter suas terras, para conseguir manter seu negócio.

Informo ao Sr. Zilmar Ramos Bastos que vamos encaminhar-lhe a resposta.

Também o Sr. Amarildo de Almeida, de Ouro Preto do Oeste, sugere que o Governo Federal crie políticas que favoreçam a produção de pecuaristas e de pequenos frigoríficos, a fim de que esses produtores tenham condições de competir no mercado.

Muito bem, Amarildo! Enviaremos também a resposta ao seu questionamento, que é muito importante.

O Sr. José Roberto de Oliveira, de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais, pergunta: "Por que o preço da carne vendida pela Argentina é mais barato do que o da carne fornecida pelos frigoríficos na região do Vale do Aço, em Minas Gerais?".

Dr. Péricles, o senhor pode responder ao Sr. José Roberto de Oliveira? Por que a carne argentina chega lá, no Vale do Aço, mais barata que a carne produzida na região, a carne brasileira?

O SR. PÉRICLES SALAZAR – Senador, confesso que nem sei onde fica o Vale do Aço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Fica em Minas Gerais. É no Estado de Minas Gerais. A pergunta, eu diria, dá uma resposta para os brasileiros.

Hoje, por acaso, estávamos de manhã, no plenário, e eu conversava com o Senador Roberto Requião, que me dizia que esteve num mercado, na semana passada, em Brasília e encontrou lá a carne argentina mais barata que a carne brasileira. Isso ocorreu em um mercado de Brasília também. É um paralelo com o que pergunta o nosso amigo José Roberto de Oliveira, de Coronel Fabriciano, em Minas Gerais.

O SR. PÉRICLES SALAZAR – Isso mostra a complexidade do setor. Hoje, o preço da arroba do boi está em um patamar histórico, acima da média. Isso realmente pode acontecer. É possível que isso aconteça.

Nós, inclusive, podemos comercializar nossa carne com um preço muito mais barato em outros países do que aqui dentro. Então, depende dos diversos fatores econômicos que determinam isso.

É uma questão pontual, Senador, e eu precisava de um pouco mais de detalhes para responder.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! Aliás, estamos exportando carne e também a importando: nós a exportamos para a Europa e a importamos da Argentina, não é isso, Paulo? É impressionante!



O Sr. Ananias Antônio de Souza, de Confresa, Mato Grosso, faz uma pergunta. O cidadão informa a V. Ex^a que o agricultor não tem segurança quando marca o embarque do gado para o abatedouro, pois não recebe um comprovante fiscal do frigorífico, o que deixa os produtores sem qualquer segurança de que venderam aquele produto. Pergunta: "O que a legislação poderá fazer para mudar esse tipo de negociação, para que os agricultores não percam seus produtos?".

É uma questão de frigorífico também, não é, Dr. Péricles?

O SR. PÉRICLES SALAZAR – Sim. Essa é mais uma pergunta específica de um produtor com o qual, certamente, deve ter acontecido esse processo. Também acontecem, Senador, casos contrários. Muitas vezes, o frigorífico acerta com o produtor a compra do boi, esse gado está vendido praticamente, quando chega o dia seguinte, quando o caminhão vai buscar a boiada, ele diz assim: "Não, não vou vender para você, porque o fulano me oferece R\$0,50 a mais na arroba!". E ele não entrega o gado, mas o entrega para outro, com quem ele combinou *a posteriori*.

Então, existe uma série de fatores na comercialização. E, evidentemente, a segurança que o produtor deve ter implica uma relação bilateral com o frigorífico, e esse ajuste tem de ser feito entre as partes.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem!

O Sr. Lívio Serafim de Lira, da cidade de Barreiros, Pernambuco, solicita que sejam esclarecidos os critérios analisados quando das fiscalizações obrigatórias feitas em frigoríficos e em supermercados no que diz respeito ao preço dos produtos.

Acho que a pergunta é feita ao Dr. Luiz Augusto. (Pausa.)

Se não é dirigida ao Dr. Luiz Augusto, será, Marcela, que a senhora pode responder?

A SR^a MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – Senador, não sei se entendi a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Sr. Lívio solicita que se esclareçam os critérios analisados quando das fiscalizações obrigatórias feitas em frigoríficos e em supermercados no que diz respeito ao preço dos produtos. Ou seja, existe uma fiscalização dos frigoríficos?

A SR^a MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – A SDE, pelo menos, não fiscaliza preços; muito pelo contrário, espera que o preço seja formado pela livre negociação entre os agentes e seja resultado das forças de oferta e de demanda. A gente não fiscaliza preço.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Não existe um controle de preços?

A SR^a MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – Não.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito bem! É importante que haja...

A SR^a MARCELA CAMPOS GOMES FERNANDES – Não sei se a pergunta foi essa.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Foi basicamente essa. Talvez, a resposta seja no sentido de que a pessoa, se se sentir lesada, deve procurar o Procon, não é isso? Talvez, essa seja a resposta. Se o consumidor se sentir lesado pelo supermercado, ele deve procurar o Procon, para que as providências sejam tomadas.

O Sr. Daniel Vieira de Araújo, de Cacoal, Rondônia, pergunta: “O Ministério da Agricultura no Estado de Rondônia tem fiscalizado e punido com rigor a cadeia agroindustrial de leite e de carne”. Nesse sentido, o cidadão pergunta se não são mais eficientes políticas voltadas à melhoria da qualidade desses produtos, em vez de se utilizarem métodos de punição contra as indústrias que não se adequam às exigências.

Como não há ninguém do Ministério da Agricultura aqui, peço ao Daniel Vieira de Araújo, de Cacoal, que espere por uma semana. Na semana que vem, encaminharemos esse questionamento do senhor para o Ministério da Agricultura em Brasília, e, com certeza, o senhor terá sua resposta.

Acredito que há mais uma pergunta pela Internet. Pode soltar?
(Pausa.)

Diz o Sr. Silas Gonçalves:

– “Boa tarde a todos! Quero cumprimentar o Senador Acir Gurgacz e, por meio do Senador Acir Gurgacz, cumprimento o resto dos presentes aí.

Senador, minha pergunta vai para os representantes do BNDES. Nos últimos anos, houve uma concentração, no setor de frigorífico no Brasil, muito grande. E acredito que o Banco ajudou a alavancar essa concentração, por financiamentos, por compras de ações dos dois maiores grupos frigoríficos do País. Isso é prejudicial para o pecuarista, que é muito pulverizado. Existem milhões de pecuaristas, e vão existir ou existem poucos grupos para se vender o gado.

Eu queria perguntar ao representante do BNDES se o Banco tem alguma política de crédito, no mesmo parâmetro que teve para os grandes, também para os pequenos e médios frigoríficos?”

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – O Sr. Silas Gonçalves, de Candeias do Jamari, de Rondônia, faz a pergunta sobre a qual já conversamos aqui. Mas é importante nos dirigirmos ao Sr. Silas Gonçalves, de Candeias do Jamari, que nos está assistindo, para que ele possa receber uma resposta direta do BNDES, mesmo que seja superficial.

Obrigado.

O SR. CELSO DE JESUS JÚNIOR – O BNDES apoia, indistintamente, micro, pequenos, médios e grandes empreendimentos. A



pessoa tem de apresentar a carta-consulta. No caso, como expliquei, os financiamentos até R\$10 milhões serão feitos por meio de um agente financeiro. Se o financiamento pleiteado for superior a R\$10 milhões, este pode ser feito por meio de agente financeiro também ou diretamente com o BNDES.

Essa carta-consulta tem de espelhar quais serão os investimentos, e ele vai ter de cumprir algumas obrigações legais – não é o Banco que exige, é obrigação legal de licenças. Também critérios técnicos vão ser levados em consideração na análise. Mas não existe uma política específica para apoio a grandes empreendimentos em detrimento ao apoio a pequenos empreendimentos. Como eu disse, as linhas do Banco são bastante flexíveis, adaptam-se a qualquer tipo de pleito. Mas o cliente tem de cumprir as exigências, que não são só do BNDES, são exigências legais. Depois, posteriormente, uma vez cumpridas as exigências legais, os critérios técnicos também têm de ser respeitados.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Dr. Celso.

Esperamos ter esclarecido ao Sr. Silas Gonçalves, de Candeias.

Faço uma ponderação aqui tanto para a Abrafigo, quanto para a Abiec. O Ministério Público Federal entrou com ação civil pública contra quatorze frigoríficos no Estado do Acre, para impedir a comercialização de carne bovina proveniente de fazendas que fizeram desmatamentos ilegais ou que foram flagradas com a prática de trabalho análogo à escravidão. Qual o efeito imediato da decisão para o comércio de carnes no Acre, tanto para o consumidor quanto para o produtor? O que pode ser feito para regularizar essa situação? Existem situações semelhantes reveladas, como essa no Acre, acontecendo em outros Estados brasileiros?

Poderia responder para a gente, Dr. Péricles? (Pausa.)

Concedo a palavra ao Dr. Fernando Sampaio.

O SR. FERNANDO SAMPAIO – Obrigado, Senador.

Na verdade, o primeiro Estado em que isso começou foi o Estado do Pará. Depois de um relatório elaborado pela ONG Greenpeace, em 2009, o Ministério Público no Pará chamou os frigoríficos para assinar um ajustamento de conduta. E isso passou. Em 2010, foi a vez do Mato Grosso. Agora, isso está acontecendo no Acre e, possivelmente, vai acontecer também em outros Estados.

Então, como eu disse na minha apresentação, a preocupação do Ministério Público é usar a indústria para tentar forçar essa regularização no campo. E nossa dificuldade, como indústria, é que isso não pode ser feito se o produtor rural não tem segurança jurídica. Então, como posso exigir, por exemplo, licença ambiental se a legislação ambiental está sendo discutida? Ou como posso exigir regularização fundiária se o produtor, como o senhor de



Rondônia falou no vídeo, não consegue ter acesso ao crédito e fazer o georreferenciamento da sua propriedade? Para gente, esse papel é muito difícil.

Na verdade – o Péricles está aqui ao meu lado –, há uma reunião marcada para a semana que vem, porque, como setor de indústria da carne, queremos elaborar um pacto socioambiental em que a indústria diga o que é possível ser feito, em que apresentemos à sociedade e ao Ministério Público o que, como indústria, podemos fazer.

O grande problema disso é que a gente começa a trabalhar por exclusão. Tudo bem, não vamos comprar de quem está na lista de trabalho escravo, não vamos comprar de quem está na lista do Ibama. Mas começa a haver outras exigências, como licença ambiental, georreferenciamento de propriedade, desmatamento zero e outras coisas. E, na verdade, esses produtores precisam vender aquilo de alguma forma, precisam de renda. Vinte e cinco milhões de pessoas na Amazônia precisam viver de alguma maneira. Então, se a gente exclui todos esses produtores das vias normais de comercialização, eles, de alguma forma, terão de vender o produto, e aí se abre a porta para aumentar a clandestinidade. Toda vez em que um frigorífico é fechado em uma pequena cidade em Rondônia, no Acre, no Pará, as pessoas que vivem da economia que é gerada por aquele frigorífico precisam ter uma opção de renda. E, na Amazônia, isso é óbvio. Se a gente fecha um setor que está dando certo, que é o da pecuária, o da indústria da carne, a opção mais próxima de renda que ele tem é a madeira, o carvão e, depois disso, o tráfico, a venda de animal silvestre. Essa não é a solução. A solução não virá por esse caminho. Primeiro, precisa ser construída uma base de segurança jurídica, para, depois, a gente começar a aplicar esses critérios em cima da produção.

O SR. PÉRICLES SALAZAR – Senador, permita-me, pois o Brasil inteiro nos assiste hoje, fazer aqui uma solicitação. Já havíamos observado antes que o frigorífico não tem esse poder de polícia em relação ao produtor. Além dos fatos levantados pelo Fernando, é preciso que o Ibama, o Ministério do Trabalho e as autoridades públicas que trabalham na questão ambiental forneçam um norte para a indústria frigorífica. É preciso que as listas estejam atualizadas constantemente. Isso exige uma velocidade de trabalho junto a essas entidades que, muitas vezes, não é compatível com a velocidade que se processa na compra de animais entre produtor e frigorífico.

Então, se a indústria frigorífica tiver essas listas regulares, adequadas e ajustadas no tempo em que é preciso, creio que vamos conseguir minimizar essas questões. É claro que essas questões levantadas aqui são muito importantes. Mas a simples atualização das listas é um fator muito importante para que o frigorífico deixe de cometer a irregularidade.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Muito obrigado, Sr. Péricles.

Vamos a mais uma pergunta via Internet:



– “Senador, muitos frigoríficos de pequeno porte quebraram na região por causa do acúmulo de grandes frigoríficos. Qual a solução que o senhor tem para evitar a quebra de homem do campo e do agronegócio da região de Rondônia?”

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Esse é o motivo desta reunião de hoje. Vejam vocês que, em 2005, como disse a nossa colega Drª Marcela, a própria Câmara dos Deputados ofereceu denúncia oficial sobre o cartel de frigoríficos, por intermédio, evidentemente, de denúncias e manifestações da população à Câmara dos Deputados.

Nos últimos meses, tem havido muitas denúncias de produtor rural, de pequenos e médios frigoríficos com relação à concentração dos grandes frigoríficos e também à concentração de distribuição de financiamento. Estamos tentando, por meio de reuniões como esta, levar a informação a essas pessoas que nos indagam diariamente, não só em Brasília, como também em nossos Estados. Acontece comigo, no Estado de Rondônia, mas todos os parlamentares de todo o Brasil são interpelados pela população, que quer uma solução com relação, como disse o nosso amigo Waldemir Júnior, à quebra de pequenos frigoríficos. Isso traz, com certeza, um prejuízo muito grande para os agricultores e produtores rurais e também para a economia local dos pequenos Municípios.

Antes de abrirmos uma denúncia formal da nossa Comissão de Agricultura, antes de levantarmos um problema maior, trazemos aqui, para a mesa de debates, um esclarecimento à população, por meio de questionamentos, com a presença aqui das senhoras e dos senhores, nesta tarde de sexta-feira.

Tem a palavra o Dr. Fernando.

O SR. FERNANDO SAMPAIO – Quero só fazer uma ponderação, Senador. Estamos falando da concentração e da quebra dos pequenos frigoríficos. O Deputado Vadão está aqui. Temos um imenso respeito pelas empresas. Existem dificuldades financeiras. Vários associados da Abiec estão passando por dificuldades financeiras.

O frigorífico é uma atividade que tem uma margem bastante apertada. O pessoal sabe que o dono do frigorífico tem de estar sempre com as contas na ponta do lápis, porque precisa ter realmente uma capacidade de gerenciamento da atividade bastante afiada, para não entrar no vermelho. O frigorífico Independência é um exemplo de gerenciamento bem feito e de qualidade das instalações, de qualidade sanitária no processamento da carne, mas acabou quebrando. Para quem trabalha no setor, isso é bastante triste.

A Drª Marcela falou de concentração, todo mundo falou de concentração, mas os números que mostramos indicam que os três maiores frigoríficos estão com 35% do mercado. Isso está longe de ser uma concentração. O produtor que vende laranja ou que vende soja, por exemplo,



estaria numa situação muito pior que a do pecuarista, porque, no ramo da soja e da laranja, há três ou quatro clientes para vender.

Há outro ponto de que eu gostaria de falar: a questão da internacionalização. A gente está realmente trazendo tecnologia de fora, dos Estados Unidos. A gente está transformando, com o Ministério da Agricultura, o funcionamento dos serviços de inspeção, graças a tecnologias que a gente está vendo dentro das empresas da Abiec nos Estados Unidos, na Austrália e em outros lugares também. Então, esse tem sido um ponto muito importante para ganharmos competitividade dentro da indústria, para fazermos face àquela uniformização de preços da matéria-prima no mercado internacional.

O SR. PÉRICLES SALAZAR – Senador, somente complementando, eu gostaria de fazer uma observação com relação ao problema financeiro internacional que ocorreu em 2008 e que criou uma crise de liquidez em vários frigoríficos que pediram recuperação judicial. Muitos, naquela oportunidade, dirigiram-se ao BNDES, tentaram a obtenção de recursos, mas não conseguiram.

Quero dizer que as condições que prevaleciam à época, e esta observação é dirigida ao pessoal do BNDES, continuam presentes hoje ainda. A possibilidade de novas quebraqueiras existe ainda, em função do mercado difícil, em função de uma série de fatores, e quem é do setor sabe disso. Hoje, o setor frigorífero se encontra em dificuldade muito grande.

Há uns trinta dias, pedi uma nova reunião com o Presidente do BNDES, para que pudéssemos levar algumas demandas. Entre essas demandas, está a de que – como foi comentado aqui, o Banco é um banco de políticas públicas – o Banco tenha em mente que as condições que geraram aquela situação em 2008 continuam presentes hoje, com o acirramento da questão social, que, certamente, está complicada.

Então, é preciso que o Banco, que tem um departamento econômico e profissionais do mais alto gabarito que estudam e fazem os diagnósticos, estude e compreenda a realidade, ouça o setor, não somente a Abrafrigo, mas também a Abiec, porque isso impacta nos produtores. Que o Banco ouça a representação dos produtores, ouça todo esse pessoal, para colher subsídios para a tomada de decisões!

Essas condições ainda prevalecem, e reforço aqui, de público, o pedido que fiz há 30 dias para um pedido de audiência com a direção do Banco.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Agora, vamos ouvir uma pergunta do William Mendes, também empresário:

– “Senador, estamos vendo que a licença ambiental prejudica os pequenos produtores. Por quê? Porque existe uma ação do Ministério Público proibindo o frigorífico de comprar o gado desses produtores. Nessa nova regulamentação ambiental, vocês estão pensando em alguma coisa para melhorar essa situação, para que se volte a comprar gado desses produtores?”



Dr. Luiz, está na mesa a questão da reforma do Código Florestal, e esta é a grande expectativa de todos nós no Senado: que seja aprovada essa reforma do Código Florestal, para trazê-lo para a atualidade do Brasil de hoje, não do Brasil de 1960, quando foi feita a última modificação. Espero que isso aconteça e que a gente possa recepcionar no Senado essa revisão, essa reforma. E, aqui, com certeza, junto com os demais 80 Senadores, daremos celeridade, uma grande rapidez a esse processo, para aprovarmos essa reforma, que é o anseio da população brasileira, seja de ambientalistas, seja de produtores rurais não só do meu Estado de Rondônia, mas de todo o País. Esse é o regimento que tem o Ministério Público, que tem o Ibama, que têm os organismos estaduais com relação a meio ambiente. Todos precisam seguir uma cartilha, e essa cartilha é o Código Florestal existente. Por isso, a importância de concluirmos urgentemente essa reforma do Código Florestal.

Mais uma pessoa, o Sr. Álvaro Luiz Alves, pecuarista de Cujubim, faz uma pergunta:

– “Meu nome é Álvaro Luiz Alves. Sou de Cujubim, Rondônia. Sou pecuarista na região e tenho acompanhado pela Internet a cotação do preço dos bois. Aqui, na nossa região de Rondônia, o boi verde é considerado um dos que têm a melhor carne do mundo. Por que o seu preço está sempre abaixo da tabela, em torno de R\$15,00 a R\$20,00, relativa ao boi do sul, de São Paulo, que não é o boi verde?”

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Essa pergunta eu deixo para o Péricles. Você pode responder? Ou o Fernando responderá?

O SR. FERNANDO SAMPAIO – É uma questão de logística só, Senador. A produção é escoada. Os centros consumidores estão no sul, os portos de escoamento estão no sul. Então, essa diferença de preço é puramente logística.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – É uma questão de mercado, Fernando. É a lei da oferta e da procura.

O SR. FERNANDO SAMPAIO – O mercado consumidor está no sul, os portos de exportação estão no sul. Essa diferença é puramente logística. Enquanto a infraestrutura não melhorar, para descer essa produção, esse preço, dificilmente, vai poder melhorar.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Infelizmente, os custos de produção são os mesmos ou maiores, porque os implementos agrícolas saem do sul para o norte, para que o nosso produtor rural possa produzir. Então, ele paga mais caro para produzir e vende mais barato o seu produto. Essa é a preocupação do nosso amigo Álvaro Luiz Alves, de Cujubim, que está no interior do Estado de Rondônia. Com certeza, o custo de produção do Sr. Álvaro Luiz é muito maior do que o custo de produção dos produtores de Goiás, do Estado de São Paulo, do centro do País.



Há mais uma pergunta da consultoria. O consultor Marcos Peixoto pergunta ao Paulo e ao Péricles: "Em que medida o grau de informalidade no abate de carne bovina explica as dificuldades dos frigoríficos de pequeno e médio porte? Que ações o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento tem desenvolvido para combater essa concorrência desleal no mercado interno? Os pecuaristas optam pelo mercado informal por que razões?".

Não sei se deu para você entender a pergunta, Paulo.

O SR. PAULO SÉRGIO MUSTEFAGA – Entendemos a pergunta. Acho que o Péricles pode explicar melhor a parte relativa aos frigoríficos, em que grau a informalidade afeta os pequenos e médios frigoríficos.

Na verdade, o que discutimos aqui hoje – e apresentamos diversas informações e dados em relação às questões de políticas públicas e de financiamento, à questão da concentração de mercado – é que todas essas questões interferem em certo grau na dificuldade das pequenas empresas. É claro que existem outras questões – e o Péricles comentou a respeito de questões tributárias – que afetam a competitividade das empresas menores. Não creio que o pecuarista, simplesmente, vá optar pelo abate informal.

Na verdade, o interesse do pecuarista é optar por comercializar sua produção com empresas sólidas, que, acredita ele, não lhe tragam problemas para receber por sua produção. A não ser em determinados casos específicos ou em determinadas regiões onde não há empresas constituídas pelo Sistema de Inspeção Federal, ele optaria por uma empresa de menor porte, de comércio local, inspecionada pelos serviços estaduais ou pelos serviços de inspeção municipais.

Em relação à questão da fiscalização ou da inspeção do Ministério da Agricultura, ainda falta um esforço, tanto por parte do Governo Federal como por parte dos governos estaduais, em implementar efetivamente o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa), que vai unificar tanto a parte de inspeção, como a parte sanitária. Isso tende a trazer a maior parte das empresas para o mesmo nível em termos de qualidade sanitária e de inspeção.

Entretanto, enquanto isso não ocorre, existem essas diferenças nos níveis de inspeção: há as indústrias que são inspecionadas em nível federal, pelo SIF, as indústrias que são inspecionadas em nível estadual e as indústrias que são inspecionadas em nível municipal.

O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Pois não, Fernando, pode concluir.

O SR. FERNANDO SAMPAIO – Houve aquela vitória na questão do PIS/Cofins, que o setor conseguiu. A vantagem do informal era, em grande parte, tributária, e essa vitória na questão do PIS/Cofins eliminou essa vantagem. O que precisa haver hoje é uma harmonização das normas entre a inspeção federal e as inspeções municipal e estadual. Isso deveria ser uma prioridade do Ministério da Agricultura.



O SR. PRESIDENTE (Acir Gurgacz. Bloco/PDT – RO) – Ainda há várias perguntas feitas pela Internet e pelo telefone, mas peço licença às pessoas que fizeram as perguntas – todas elas são muito parecidas – para respondê-las, a partir de segunda-feira, diretamente àquelas pessoas que nos perguntaram.

Agradeço às pessoas que estão nos acompanhando nas Câmaras Municipais de Ji-Paraná, de Cujubim, de Cacoal, de Porto Velho, de Ariquemes, de Vilhena e dos demais Municípios não só do Estado de Rondônia. Eu me dirijo diretamente a essas localidades, porque de lá me telefonaram, avisando que nos assistiriam. Então, a essas pessoas, mando o nosso abraço. Às demais pessoas que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado, expressamos nossos agradecimentos. Estendo um abraço a todos.

Pergunto se alguém ainda gostaria de fazer mais alguma ponderação. (*Pausa.*)

Agradeço a presença à Drª Marcela Campos Gomes Fernandes; ao Dr. Paulo Sérgio Mostefaga; ao Dr. André Gustavo Salcedo Teixeira Mendes; ao Dr. Celso de Jesus Júnior, do BNDES; ao Dr. Luís Augusto dos Santos Lima, Procurador da República do Ministério Público Federal; ao Péricles Salazar, Presidente da Federação Brasileira de Frigoríficos (Abrafigro); e ao Dr. Fernando Sampaio, Diretor da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec).

Entendemos que, dessa forma, atendemos parte das reivindicações de nossos amigos produtores de todo o Brasil. Acredito que vamos fazer uma audiência pública, em data a ser programada, para debatermos novamente, com maior tempo, com os demais Senadores, para aprofundarmos essa questão antes de formularmos, Drª Marcela, algum tipo de denúncia com relação aos produtores rurais, aos pecuaristas do Brasil inteiro. Antes de qualquer denúncia, é importante debatermos e questionarmos o Governo, os frigoríficos, os produtores rurais. Enfim, vamos debater, vamos discutir, vamos permanecer aqui, à mesa de conversação, para que possamos esclarecer as questões.

Quero garantir aos senhores que nós, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, estamos à disposição, naquilo que nos couber, em qualquer tipo de ação ou de mudança de lei, para ajudar o setor, o segmento. Estamos inteiramente à disposição. Aqui, representando a Comissão, quero dizer que queremos ajudar os senhores, suas empresas, seus segmentos e os representantes do Governo a administrarem melhor nossa produção.

Sabemos – os senhores mesmos disseram isto – que o Brasil está se tornando um dos maiores produtores de carne do mundo, um dos maiores exportadores de carne do mundo. Estamos caminhando, para que o Brasil se torne um dos maiores produtores de alimento do planeta nos próximos dez anos. Nós precisamos de nos preparar para isso. Os senhores nos dizem que está



havendo um avanço da produção de grãos no Brasil e que, com isso, está diminuindo a área de pastagem. Tal fato não poderá propiciar uma diminuição na produção de carne no Brasil. Precisamos levar tecnologia ao campo, aumentar a produção, mesmo que tenhamos de diminuir a quantidade de área produtiva em nosso País. Temos de estar preparados para isso, tanto os produtores, quanto os frigoríficos e, principalmente, o BNDES, para ajudarmos os nossos produtores e também os nossos industriais.

O BNDES sempre tem muita verba para o desenvolvimento. O difícil é conseguir chegar até essa verba. Essa é a voz corrente nacional, e isso faz parte. Sabemos que é preciso haver critérios, pois é o dinheiro público, é o dinheiro do Brasil, é o dinheiro brasileiro que o BNDES administra. Portanto, o crescimento do BNDES é resultado da boa administração por parte do Governo da verba brasileira.

Temos aqui de apoiar as ações do BNDES, sempre lembrando que precisamos de um apoio especial aos frigoríficos de nosso Estado de Rondônia. Peço aos senhores a gentileza de levarem esse nosso pleito, para que possamos conversar com os produtores e com os industriais de todo o Brasil, em especial do nosso Estado de Rondônia.

Agradeço a todos a oportunidade de proporcionarmos isso ao povo brasileiro, principalmente aos nossos pecuaristas. Desejo que retornem aqui na próxima oportunidade, para que possamos continuar esse debate.

Muito obrigado.

Dou por encerrada esta reunião.

(Levanta-se a reunião às horas e minutos.)